



Impresso Especial

9912215938/ 2008 DR/PR
CONSELHO REGIONAL DE
MEDICINA VETERINÁRIA DO
ESTADO DO PARANÁ

///CORREIOS///

FECHAMENTO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELA ECT



Manejo das Populações de Cães e Gatos em Áreas Urbanas

Eleições CRMV-PR



4

Editorial

5

Transparência

6

Entrega de cédulas



7

Geral

12

Duas chapas disputarão gestão do CRMV-PR



14

Médica veterinária do Paraná em destaque na National Geographic

16

Manejo das Populações de Cães e Gatos em Áreas Urbanas



19

Chinchila
x Grão de Bico



27

Internet & Publicidade
na Medicina Veterinária



29

Agenda



30

Serviço

20

Alimentos Funcionais na Alimentação de Cães

21

Homeopatia Veterinária: Outra Forma de Curar

22

O papel e a importância
do Médico Veterinário na Saúde Pública

26

Os contornos éticos da publicidade
dos serviços médicos veterinários

28

Mercado pet em números





Masaru Sugai - Presidente do CRMV-PR

“(...) o ano de 2010 foi o primeiro desde a fundação do CRMV-PR (1969) em que houve um maior número de mulheres inscritas.”

Carta aos profissionais

A entrada da mulher no mercado de trabalho é uma realidade há anos. Inclusive, quatro anos atrás foi tema de uma reportagem na Revista do CRMV-PR o surpreendente crescimento feminino no mercado de trabalho. Naquela época, já apontávamos um aumento significativo das mulheres tanto na Medicina Veterinária quanto na Zootecnia, profissões tidas essencialmente masculinas até pouco tempo.

Pois então, este cenário se concretizou. Assim como o Censo Demográfico 2010 comprovou que atualmente a população feminina é maior que a masculina, o ano de 2010 foi o primeiro desde a fundação do CRMV-PR (1969) em que houve um maior número de mulheres inscritas. Ao total, registraram-se 369 médicas veterinárias e zootecnistas mulheres contra 332 médicos veterinários e zootecnistas homens.

No primeiro trimestre deste ano, a participação feminina está mantendo a linha de ascendência. As mulheres permaneceram na frente: 126 novas inscrições femininas contra 107 masculinas.

Nós homens, muitas vezes responsáveis pelo preconceito ao ingresso delas, precisamos ter em mente que a técnica sempre supera a força. Tanto supera, que as mulheres assumiram as profissões com muita competência, inclusive na área de produção animal.

Aproveitando a oportunidade, em nome de todos os diretores, conselheiros, delegados, funcionários e estagiários do CRMV-PR, gostaria de parabenizar a todos e, em especial, às mulheres por sua brilhante atuação na Medicina Veterinária e na Zootecnia. ●

Atenciosamente,

Méd. Vet. Masaru Sugai
Presidente CRMV-PR

Expediente

Diretoria Executiva:

Presidência: Masaru Sugai
Vice-Presidência: Nestor Werner
Secretaria Geral: Célia Mayumi K. Trentini
Tesouraria: Oscar Lago Pessôa

Conselheiros efetivos:

Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, José Carlos Calleya, Noemy Tellechea Pansard, Ricardo Maia, Ricardo Pereira Ribeiro

Conselheiros suplentes:

Ailton Benini, Amauri da Silveira, Carlos Alberto de Andrade Bezerra, Carlos Henrique Siqueira Amaral, Odete Völz Medeiros, Paulo Amaro Lopes Perpétuo

Comissão Editorial:

Noemy Tellechea Pansard (presidente), Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, Ricardo Pereira Ribeiro

Jornalista Responsável:

Gabriela Roussenq Sguarizi
jornalismo@crm-v-pr.org.br

Tiragem:

10 mil exemplares

Impressão:

Ajir Gráfica

Projeto Gráfico:

Abissal Design & Comunicação
www.abissaldesign.com.br

Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná

Rua Fernandes de Barros, 685 - Alto da XV
CEP: 80045-390 - Curitiba - Paraná
Fone/Fax: (41) 3263-2511
www.crmv-pr.org.br

As matérias e artigos assinados não representam necessariamente a opinião da Diretoria do CRMV-PR.

Transparência

Demonstrativo de Receitas e Despesas

Período: Março/2011

Receitas	R\$	%
Anuidades de Pessoas Físicas	927.468,50	40,11%
Anuidades de Pessoas Jurídicas	1.253.245,77	54,20%
Subtotal	2.180.714,27	94,30%
Receitas com Aplicações Financeiras	27.553,67	1,19%
Receitas com Inscrições	18.947,98	0,82%
Expedição de Carteiras	8.697,34	0,38%
Expedição de Certidões	-	0,00%
Expedição de Certificações	19.208,98	0,83%
Receita de Dívida Ativa	37.399,29	1,62%
Transferências do CFMV	-	0,00%
Outras Receitas (*)	19.944,71	0,86%
Alienação de Bens Móveis	-	0,00%
Total (A)	2.312.466,24	100,00%

Itens	Despesas	R\$	%
(1)*	Pessoal	430.200,02	53,93%
(2)*	Material de Consumo	3.691,26	0,46%
(3)*	Serviços de Terceiros e Encargos	6.727,43	0,84%
(4)*	Outros Serviços e Encargos	327.238,88	41,02%
(5)*	Despesas de Custeio Diversas	-	0,00%
(6)*	Obras/Benfeitorias e Instalações	-	0,00%
(7)*	Equipamentos e Material Permanente	29.830,00	3,74%
(8)*	Aquisições e Inversões	-	0,00%
	Total (B)	797.687,59	100,00%

Superávit Financeiro de Exerc. Anterior (C) -

Superávit Orçamentário: D = A - B + C **1.514.778,65** **65,50%**

(*) Outras Receitas: Multas p/falta inscrição/registo. Multas p/falta RT, Multas p/ausência à Eleição, Indenizações e Restituições (custas proces-suais), Multas, Juros e Atual. Monet. s/anuidades PF e PJ, Taxa de Propriedade Rural e Listagens de Empresas

(**) A relação percentual é do Superávit obtido em relação à Receita ((C/A)x100), ou seja quanto da receita não foi comprometida pela despesa.

Méd. Vet. Masaru Sugai
CRMV-PR N° 1797
Presidente

Jorge Alves de Brito
CRC-PR 028374-0/0
Contador

Detalhamento de Despesas

- (1)* Salários, Gratificação por Tempo de Serviço, Gratificação de Função, Serviços Extraordinários, 13º Salário, Férias, Abono pecuniário de férias, Gratificação 1/3-Constituição, Ajuda de Custo Alimentação, Auxílio Creche/babá, INSS, FGTS, PIS; Indeniz;
- (2)* Artigos de expediente, Despesas c/ Veículos, Art. Material Limpeza/Conservação, Gêneros Alimentícios, Mat. Acess. p/Máq. e Apar., Vestuários e Uniformes, Outros Materiais de Consumo;
- (3)* Prestação de Serviços de Autônomos e INSS s/Serviços Prestados;
- (4)* Assessorias: Jurídica Administrativa e Trabalhista, Locação de Móveis e Imóveis, Telefone, Fax, Serviços Postais, Diárias/Passagens Diretoria e Conselheiros, Água/Esgoto, Energia Elétrica, Plano de Saúde, Vale Transporte, Serviços de Informática;
- (5)* Despesas com exercícios anteriores.
- (6)* Benfeitorias, Reformas e Instalações no imóvel da Sede/Delegacias Regionais do CRMV-PR;
- (7)* Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório, Materiais Bibliográficos, Utensílios de Copa e Cozinha, Máquinas e Aparelhos de Escritório, Equipamentos de Informática, Aparelhos de Intercomunicações, Veículos e Aparelhos de Foto Cinematográficos;
- (8)* Aquisição de Imóveis, Tit. Represent. Capital Integralizado, Aquisição de Outros Bens de Capital.

Entrega de cédulas

- 21/12/2010 – Curitiba
- 23/12/2010 – Ponta Grossa
- 06/01/2011 – Paranavaí
- 13/01/2011 – Paranavaí
- 14/01/2011 – Campo Mourão
- 01/02/2011 – Curitiba
- 02/02/2011 – Londrina
- 02/02/2011 – Maringá
- 21/02/2011 – Londrina
- 22/02/2011 – Curitiba
- 23/02/2011 – Ponta Grossa
- 24/02/2011 – Ponta Grossa
- 25/02/2011 – Maringá
- 03/03/2011 – Paranavaí
- 21/03/2011 – Maringá
- 21/03/2011 – Londrina
- 22/03/2011 – Curitiba
- 25/03/2011 – Cascavel
- 28/03/2011 – Umuarama
- 29/03/2011 – Guarapuava



29/03/2011 - Guarapuava



22/02/2011 - Curitiba



28/03/2011 - Umuarama



21/03/2011 - Londrina



21/03/2011 - Maringá



03/03/2011 - Paranavaí



25/03/2011 - Cascavel



14/01/2011 - Campo Mourão

Conselho reimprime Manual de Zoonoses

Após ser esgotada a primeira tiragem tendo em vista a intensa procura por parte dos profissionais paranaenses pelo Manual de Zoonoses, o CRMV-PR reimprimiu mais 1,5 mil exemplares no início deste ano. A reimpressão teve o patrocínio do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal (Sindan) e da Itaípu Binacional. Os profissionais que tiverem interesse em receber um exemplar do Manual de Zoonoses – Volume I devem encaminhar uma solicitação para o e-mail jornalismo@crm-pr.org.br, informando nome completo e número de registro no CRMV-PR. O Manual é gratuito.

O Manual de Zoonoses é fruto da parceria dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e prevê a disseminação de informações e conscientização sobre os riscos que as zoonoses podem trazer à saúde pública, ambiental e animal. No Volume I são abordadas brucelose, febre amarela, febre maculosa, gripe aviária, larva migrans, leishmanioses, leptospirose, raiva, toxoplasmose e tuberculose.

"Neste primeiro momento, o programa aborda com destaque as dez zoonoses com maior incidência e importância na região", comenta o presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai. "A ideia dos CRMVs é a constante atualização dos materiais, com a publicação de outras zoonoses em novos volumes", acrescenta. O Volume II já está em fase de elaboração e deve ser lançado até o final de 2011.

O Manual de Zoonoses também está disponível para consulta no site www.zoonoses.org.br. ●



CRMV-PR alerta sobre a importância da vacina antirrábica

A Seção de Vigilância em Saúde, da Regional de Londrina, encaminhou ofício ao CRMV-PR informando que, durante a realização de ações educativas na cidade, constatou em muitos casos que cães e gatos da região não vêm sendo vacinados contra a raiva. "Os médicos veterinários de todo o Estado precisam permanecer constantemente atentos à importância da vacinação antirrábica. Em 2010, até outubro, foram diagnosticados 52 casos de raiva bovina, quatro casos em equinos e um em animal de produção. Ou seja, o ciclo aéreo ocorre no Paraná. Recentemente, em Curitiba, um gato foi diagnosticado positivo para a raiva após apresentar sinais neurológicos", frisa o presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai, ressaltando que a doença é letal.

No Sul do País e, especificamente no Paraná, a raiva urbana está sob controle. Porém, o Estado é bastante atingido quando se trata da raiva rural, principalmente por morcegos hematófagos.

Em caso de suspeita da doença, os profissionais devem encaminhar amostra ao Laboratório Central do Estado (Lacen) para diagnóstico diferencial para raiva. Na fase inicial, a raiva canina pode ser confundida com a cinomose.

Atenção: "as amostras de material encefálico (córtex, cerebelo, bulbo e medula) poderão ser congeladas e devidamente acondicionadas em frascos herméticos, colocadas em gelo, identificadas e acompanhadas da ficha de encaminhamento. Importante, jamais acondicionar a amostra em formol, álcool ou outro solvente." (Manual de Zoonoses, p. 123).

Serviço

Laboratório Central do Estado (Lacen)
www.saude.pr.gov.br/lacen
Rua Sebastiana Santana Fraga, 1001 – Guatupê
São José dos Pinhais – CEP 83060-500
(41) 3299-3200

Para saber mais sobre a raiva, acesse www.zoonoses.org.br. ●

Novos funcionários CRMV-PR

O CRMV-PR convocou no início de 2011 os aprovados no concurso público promovido em dezembro de 2010. Os novos funcionários assumiram os cargos em fevereiro, conforme segue:

Servente - Sede Curitiba
Maristela Padilha Okida
Advogado - Sede Curitiba
Arthur Naguel
Médica Veterinária - Sede Curitiba
Louise Bousfield de Lorenzi Tezza

Servente - Sede Curitiba
Ermeni Wanboski Yassue
Assistente Administrativo - Pato Branco
Maurício André Vendruscolo

Em janeiro também foram chamados os funcionários Francisco André Santos Velarde Richards e Rosane Dircksen Nascimento, os últimos a serem convocados no concurso público realizado em 2007. ●

CRMV-PR pede doação de terreno à Prefeitura de Ponta Grossa

A construção de uma nova sede para a Delegacia Regional de Ponta Grossa foi a pauta da reunião entre o presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai, e o prefeito de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau Filho, dia 28 de março. Durante o encontro, Sugai oficializou o pedido de doação de um terreno às classes médico-veterinária e zootécnica. O próximo passo será a definição do local. Wosgrau se comprometeu em atender à solicitação.

Além de Masaru Sugai, também participaram do encontro o conselheiro Ivonei Vieira; o delegado regional Álvaro Bueno; o presidente da Sociedade de Medicina Veterinária da Região de Ponta Grossa, Robson Carlos Klimionte; a vice-presidente Ângela Pauli; e a acadêmica de Medicina Veterinária, Juliana da Conceição dos Santos.

A reunião aconteceu na Prefeitura de Ponta Grossa. ●



Gabriela Sguanzi

CRMV-PR nomeia nova delegada em Guarapuava

A médica veterinária Ana Lúcia Menon de Lima foi nomeada no mês de fevereiro para o cargo de delegada regional do CRMV-PR em Guarapuava.

A nova delegada terá como principal atribuição a de representar o Conselho na área administrativa e legal. O cargo de delegado regional é honorífico, não ensejando qualquer contraprestação pecuniária, uma vez que o profissional está a prestar relevantes serviços às profissões de Medicina Veterinária e Zootecnia. ●

Senadora pede inclusão do médico veterinário no NASF

A senadora paranaense Gleisi Hoffmann encaminhou no mês de março ofício ao ministro Alexandre Padilha, da Saúde, solicitando a inclusão do médico veterinário no Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF).

No documento, a parlamentar defende "mais do que se ocupar da saúde das famílias, a proposição de integrar a Medicina Veterinária ao NASF transcende o aspecto individual da atenção básica por si só, e abrange todo o contexto individual, coletivo e ambiental como gerador de doença. Nesta mesma linha de raciocínio, é importante

destacar a estratégia moderna de saúde pública 'UM MUNDO, UMA SAÚDE', elaborada pelos organismos internacionais representados pela OMS, FAO, OIE e UNICEF".

Em dezembro de 2010, Hoffmann participou de uma reunião da Comissão de Zoonoses e Bem-Estar Animal, do CRMV-PR, quando foi ressaltada a importância do médico veterinário na saúde pública e defendida a inclusão do profissional no NASF.

A íntegra do ofício está disponível no site do CRMV-PR (www.crmv-pr.org.br). ●

Ibama normatiza regras sobre a criação de passeriformes

O Ministério do Meio Ambiente publicou, recentemente a Instrução Normativa (IN) nº15, de 22 de dezembro de 2010, no Diário Oficial da União. O texto esclarece todo o processo de manejo de passeriformes da fauna silvestre brasileira, o qual é coordenado pelo Ibama.

A IN detalha as etapas relativas às atividades de criação, reprodução, manutenção, treinamento, exposição, transporte, transferências, aquisição, guarda, depósito, utilização e realização

de torneios. O Ibama, também, poderá requisitar passeriformes dos criadouros para usar em programas de reintrodução dessas espécies na natureza.

As regras são válidas para o criador amador e comercial de passeriformes. O Ibama deixa de distribuir anilhas e passa a fornecer apenas o número da anilha a criadouros devidamente cadastrados. Os criadores terão direito a, no máximo, dez anilhas. Antes, eram 50. E, nesta categoria, não é permitido o comércio – apenas a

permuta –, para que fique assegurada a variabilidade genética. Um outro fato positivo é que os criadouros com boa performance poderão optar por vender os filhotes, com emissão de nota fiscal.

Vale lembrar que desde 2001, as atividades de criação amadorista de passeriformes são controladas diretamente pelo Ibama, podendo optar o criador por se filiar ou não a uma federação. ●

Fonte: CFMV

Milton Thiago de Mello visita CRMV-PR



Diretores e conselheiros do CRMV-PR receberam na manhã de 18 de março, durante a sessão plenária na sede da Autarquia em Curitiba, a visita do ilustre médico veterinário Milton Thiago de Mello. Idealizador e promotor de cursos de imersão para profissionais na Região Amazônica, Milton Thiago de Mello comentou a importância de cursos de capacitação para médicos veterinários e zootecnistas em produção animal com vistas ao agronegócio. Na ocasião, ele autografou livros e também foi presenteado com uma edição do Manual de Zoonoses, publicação dos CRMVs do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. ●

Conselho realiza palestras sobre Guarda Responsável no PR

Dando continuidade à rodada de eventos pelo Paraná alusivos à Campanha de Guarda Responsável, iniciada em outubro de 2010, o CRMV-PR promoveu de janeiro a abril deste ano palestras em Umuarama, Irati, Foz do Iguaçu e Ivaiporã.

Ministradas pelo médico veterinário Leonardo Nápoli, presidente da Comissão de Zoonoses e Bem-Estar Animal do CRMV-PR, os encontros reuniram profissionais, acadêmicos, organizações não-governamentais e representantes de órgãos municipais. Segundo Leonardo, "para reduzir o abandono de animais é necessária maior conscientização da sociedade como

um todo, pois caso contrário o problema persistirá. Da mesma forma, é de tamanha importância a adoção de medidas conjuntas entre diversos órgãos para estimular a guarda responsável dos animais".

A opinião é corroborada pelo delegado regional de Umuarama, Sérgio Toshihiko Eko, para quem "diante do cenário atual que vivemos a definição de políticas públicas com o envolvimento de todos os setores da comunidade é primordial".

No ano passado foram realizados eventos em: Londrina, Cascavel, Ponta Grossa e Paranavaí. ●



Esclarecimento sobre os lotes de vacina Biovet usados na campanha nacional de vacinação antirrábica de cães e gatos

De forma transparente, o Laboratório Biovet continua em sintonia com todos os órgãos competentes para prestar os esclarecimentos necessários à sociedade sobre a qualidade dos lotes/partidas n.ºs 059/2010, 139/2010, 177/2010 e 213/2010 da vacina RAI-PET 25 doses que forneceu à Campanha Nacional de Imunização de Cães e Gatos.

Nesse sentido, sobre a NOTA TÉCNICA divulgada em 29/11 pela Secretaria de Defesa Agropecuária (DAS) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Laboratório

Biovet destaca a seguinte informação oficial sobre os eventos adversos relatados na mídia: "Após realização de auditoria no sistema de produção da empresa Biovet, constatou-se que não ocorreram alterações na metodologia de produção e de controle da qualidade que justifiquem o aparecimento desses eventos adversos."

O MAPA informa ainda que, dos quatro lotes/partidas da vacina RAI-PET 25 doses fornecidos à campanha, apenas um (n.º 059/2010) apresentou resultados discrepantes, mas até o momento "não foi

possível chegar a uma conclusão sobre o motivo da alteração constatada nessas amostras".

"Vale ressaltar que 100% das partidas da vacina fabricadas e importadas são testadas em laboratórios oficiais antes de serem comercializadas, para avaliação da segurança e eficácia e, na ocasião, não foi detectado nenhum problema no processo produtivo da vacina antirrábica canina."

Por sua vez, o produto RAI-PET apresentado em frasco com uma dose (1 mL) continua com sua comercialização normal.

Fonte: Laboratório Bio-Vet S.A. ●

Diretoria 2011/2013 do Sindivet-PR toma posse

No dia 21 de dezembro de 2010, foi empossada a nova diretoria do Sindivet-PR, cerimônia em que os integrantes assumiram uma série de compromissos junto aos sindicalizados. Entre os principais, destacam-se a abertura do Plano Unimed aos novos colegas inscritos no Sindicato, o qual por força de uma medida adotada pela ANS (Agência Nacional de Saúde) não permite atualmente a continuidade do plano de saúde nos moldes do que vinha sendo operado com a Unimed - Federação do Paraná. O sindicato já ajuizou ação neste sentido, visando obter liminar, para a inclusão de novos titulares, resolvendo desta forma o impasse. Outro compromisso é a realização do Programa de Educação Continuada, ofertando palestras e cursos de interesse da classe.

"Enfim, todos os compromissos assumidos serão realizados, tais como: aprimorar os serviços jurídicos na área trabalhista; ofertar novos convênios que beneficiem os sindicalizados; realizar pesquisa junto aos médicos veterinários para melhor conhecer a situação empregatícia dos nossos profissionais, um importante compromisso assumido junto aos acadêmicos de Medicina Veterinária para melhor orientá-los no ingresso do mercado de trabalho.

A força do Sindicato está diretamente relacionada à participação dos seus sindicalizados nos assuntos que afetam toda a coletividade profissional", afirmou Cezar Amin Pasqualin, durante sua recondução ao cargo. ●

Gestão 2011/2013

Presidência
Cezar Amin Pasqualin
Vice-Presidente
Demétrio Reva
Secretária-Geral
Elza Maria Galvão Ciffoni Arns

1ª Secretária
Jannifer Silva Caldas Manocchio
Tesoureiro
Lourival Uhlig
1º Tesoureiro
Masaru Sugai
Conselho Fiscal - Titular
Otamir César Martins
Ricardo Alexandre Franco Simon
Francisco Perez Junior

Conselho Fiscal - Suplentes
Vitória Maria Montenegro Holzmann
Renato Luiz Lobo Miró
Roque Olmir Grando



Educação Continuada: Parceria Sindivet-PR e CRMV-PR



O Sindivet-PR e o CRMV-PR iniciaram uma nova parceria em 2011 para a promoção de cursos e palestras de curta duração. Trata-se do Programa de Educação Continuada, com o objetivo maior de ofertar aos médicos veterinários, zootecnistas e acadêmicos, novas oportunidades de atualização profissional, conforme as necessidades do mercado atual. Esta ação faz parte da comemoração dos 250 anos da profissão da Medicina Veterinária, comemorada mundialmente.

Os cursos e palestras serão realizados nas diversas regiões do Estado, em conformidade com as necessidades regionais e demandas efetuadas pelos profissionais. Segundo declarações dos presidentes, Cezar Amin Pasqualin e Masaru Sugai, esta ação é uma das mais importantes a ser desenvolvida no Paraná neste ano.

Dando início à jornada de eventos, ocorreu no dia 6 de abril a palestra técnica denominada de "Conceitos e Fundamentos da Nutrição de Psitacídeos e Passeriformes", proferida pelo empresário e proprietário da empresa Nutrópica, José Eurico Selmi, mestre em Economia Agrícola. A palestra contou com um público especializado na área, demonstrando a importância deste segmento para a Medicina Veterinária e Zootecnia.

Próximos eventos

- Medicina Veterinária Legal
- Fundamentos da Garantia de Qualidade em Carnes
- Boas Práticas de Fabricação aplicadas às Fábricas de Ração
- Criação e Manejo de Psitacídeos
- Coleta e Remessa de Exames Laboratoriais para Avicultura
- Trabalhista Preventiva (Palestra para proprietários de clínicas veterinárias). ●

2011, o Ano Mundial da Medicina Veterinária

Em 2011, a profissão de médico veterinário completa 250 anos. E para comemorar a data e discutir as evoluções da categoria, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o FDA, a Unesco e outros órgãos internacionais estão promovendo uma série de encontros e de eventos para reunir os veterinários de todo o mundo. Um deles é o 30º Congresso Mundial de Medicina Veterinária, marcado para o período de 10 a 14 de outubro deste ano, na Cidade do Cabo, na África do Sul.

A OIE também assinou parceria com a Comissão Europeia de Saúde Animal para a realização de uma campanha de alerta e conscientização do público, por meio de vídeos, sobre a importância do papel do médico veterinário no dia-a-dia de cada cidadão. A campanha, batizada de Vet2011, também visa a divulgação de materiais impressos e a realização de eventos regionais pela Europa.

Veja quais são as ações e a programação das comemorações dos 250 anos da profissão de Médico Veterinário no site oficial da Vet2011 (www.vet2011.org). ●

Nota

Educação Continuada II

O Sindivet-PR e o CRMV-PR receberam no início de abril a visita do professor catedrático Miguel Videira Monteiro, responsável pelo convênio luso-brasileiro firmado com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), localizada em Vila Real, Portugal.

O Sindicato assinou convênio com a instituição portuguesa para a promoção de cursos de atualização, mestrado e doutorado, a serem ofertados aos médicos veterinários paranaenses. A UTAD é uma instituição de referência na Europa. Com a parceria, "inovamos na oferta de cursos em regime intensivo, propiciando aos nossos profissionais uma grande experiência internacional, regida em português", frisa o Cezar Amin Pasqualin.

Mais informações serão disponibilizadas em breve no site www.sindivetpr.org. ●

Duas chapas disputarão gestão do CRMV-PR



iStockphoto

Concorrerão à eleição para a Gestão 2011/2014 do CRMV-PR duas chapas: Rumo Seguro e Inovação CRMV-PR. Ambas registraram-se no período legal e tiveram a documentação aprovada pela Comissão Eleitoral Regional, do CRMV-PR. A homologação das chapas foi publicada no jornal Gazeta do Povo, em 25 de março.

A eleição acontecerá no dia 18 de maio e caso haja necessidade de realização de 2º turno, a data será 17 de junho. **O voto é obrigatório.**

Terão direito a voto os profissionais com inscrição principal no CRMV-PR, em dia com a tesouraria e que não estejam impedidos em face de decisões administrativas ou judiciais transitadas em julgado. Podem votar todos os profissionais que no dia da eleição não tiverem débitos vencidos e não pagos, inclusive os débitos objeto de parcelamento. O profissional poderá solicitar parcelamento a qualquer tempo, porém somente poderá exercer o seu voto se o CRMV-PR, por ocasião da votação, verificar a confirmação do pagamento da primeira parcela, conforme determina a Resolução

do CFMV nº 867/2007. Todos os pagamentos só poderão ser efetuados por via bancária mediante boleto emitido pelo Conselho Regional. Já o profissional que estiver com pedido de transferência de inscrição principal, somente poderá votar e ser votado no Conselho de destino, caso a homologação da transferência tenha ocorrido antes da data final para o registro de chapas.

Os profissionais terão direito a um voto, podendo optar pelo voto presencial ou por correspondência, assim como realizado em pleitos anteriores. O eleitor que tentar fraudar ou fraudar a eleição, quer como candidato quer como eleitor, além de cometer infração ética, será penalizado com o pagamento de multa.

O **voto presencial** será realizado na **Sede do Conselho em Curitiba e nas Delegacias Regionais de Maringá e Londrina, das 9h às 17h.** Para o voto presencial, o eleitor deverá apresentar no ato da eleição um documento de identificação civil (Carteira de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação) ou profissional (cédula de identidade profissional).

Já os profissionais que escolherem **votar por correspondência** devem atentar ao que prevê a Resolução 958/2010 (ver quadro ao lado), caso contrário o voto não terá validade.

Para garantir que o voto por correspondência seja recebido em tempo hábil, recomenda-se a postagem com 15 dias de antecedência, uma vez que **os votos recebidos após às 17h do dia da eleição serão inválidos.**

Somente será validado o voto por correspondência enviado para a **caixa postal locada especificamente para a Eleição.** Os votos encaminhados à Sede do CRMV-PR serão automaticamente invalidados.

A legislação eleitoral do Sistema CFMV/CRMVs também estabelece que o voto será nulo quando forem assinalados os nomes de duas ou mais chapas; a assinalação estiver fora do quadrado próprio; o eleitor escrever na cédula; **o ofício de encaminhamento não estiver com firma reconhecida** e o eleitor utilizar outro material que não aquele remetido pelo Conselho Regional. Serão considerados nulos, ainda, os

Eleições

votos por correspondência postados no dia da eleição no município em que se encontre a Sede do Conselho Regional ou em qualquer outro município que possua urna, permitindo o voto presencial.

Por falta não plenamente justificada ao processo eleitoral, incorrerá o profissional em multa correspondente a 20% do salário mínimo, dobrada na reincidência. O prazo para apresentar justificativa é de até 30 dias após a eleição.

Voto será em cédulas de papel

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) comunicou o

CRMV-PR que não cederá urnas eletrônicas para o processo eleitoral do Conselho. A justificativa apresentada pelo TRE-PR é que a implantação da biometria (identificação por impressão digital) nas próximas eleições de Curitiba inviabiliza o empréstimo dos equipamentos, tendo em vista que o pessoal responsável pelas urnas eletrônicas estará envolvido no cadastramento dos eleitores curitibanos.

Assim, o processo eleitoral do CRMV-PR utilizará apenas as urnas tradicionais com cédulas de papel nos três locais de votação: Curitiba, Londrina e Maringá. ●

Locais de Votação

Curitiba

Sede do CRMV-PR
Rua Fernandes de Barros, 685 -
Alto da XV
Horário: 9h às 17h

Londrina

Delegacia Regional
Rua Senador Souza Naves, 09 Sala 511
5º Andar - Ed. Júlio Fuganti - Centro
Horário: 9h às 17h

Maringá

Delegacia Regional
Rua Santos Dumont, 2166 - Sala 1005
10º Andar - Ed. Intercenter - Centro
Horário: 9h às 17h

Chapa nº 11 - Rumo Seguro

Presidente

Méd. Vet. Masaru Sugai
CRMV-PR nº 1797

Vice-Presidente

Méd. Vet. Amauri da Silveira
CRMV-PR nº 5461

Secretário-Geral

Méd. Vet. Ricardo Maia
CRMV-PR nº 3868

Tesoureiro

Méd. Vet. Oscar Lago Pessôa
CRMV-PR nº 0945

Conselheiros Efetivos

Méd. Vet. Ademir B. da Luz Pereira
CRMV-PR nº 0972

Méd. Vet. Ivonei Afonso Vieira
CRMV-PR nº 1075

Zootec. Ricardo Pereira Ribeiro
CRMV-PR nº 0482/Z

Méd. Vet. Margarete Kimie Falbo
CRMV-PR nº 5140

Méd. Vet. Leonardo Napoli
CRMV-PR nº 3350

Méd. Vet. João Antonio Orsi Neto
CRMV-PR nº 1885

Conselheiros Suplentes

Méd. Vet. Ailton Benini
CRMV-PR nº 1586

Méd. Vet. Carlos A. de A. Bezerra
CRMV-PR nº 3074

Méd. Vet. Odete Völz Medeiros
CRMV-PR nº 3306

Méd. Vet. Antonio Ademar Garcia
CRMV-PR nº 1279

Méd. Vet. Sérgio Toshihiko Eko
CRMV-PR nº 1844

Méd. Vet. Onesimo Locatelli
CRMV-PR nº 1400

Chapa nº 22 - Inovação CRMV-PR

Presidente

Méd. Vet. Eliel de Freitas
CRMV-PR nº 0826

Vice-Presidente

Méd. Vet. José R. Pachaly
CRMV-PR nº 1432

Secretário-Geral

Méd. Vet. Juliano Leonidas Hoffmann
CRMV-PR nº 5612

Tesoureiro

Méd. Vet. Felipe Pohl de Souza
CRMV-PR nº 2934

Conselheiros Efetivos

Méd. Vet. Leunira Viganó
CRMV-PR nº 2784

Zootec. Maria Iraclézia de Araújo
CRMV-PR nº 0558/Z

Méd. Vet. Luiz Carlos Rodrigues
CRMV-PR nº 1011

Méd. Vet. Piotre Laginski
CRMV-PR nº 4368

Méd. Vet. Itamara Farias
CRMV-PR nº 3432

Méd. Vet. José J. dos Santos Abrahão
CRMV-PR nº 2037

Conselheiros Suplentes

Méd. Vet. Claudia M. dos Santos
Gebara CRMV-PR nº 3042

Méd. Vet. Icaro Waldamir Fiechter
CRMV-PR nº 0252

Méd. Vet. Leandro Cavalcante Lipinski
CRMV-PR nº 6728

Méd. Vet. Danilo Gobbo Donoso
CRMV-PR nº 9612

Méd. Vet. Evandra Maria Voltarelli
CRMV-PR nº 3155

Eleições

Art. 10. As eleições dos CRMVs devem ocorrer até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato vigente, pelo voto direto e secreto, tradicional e/ou eletrônico ou por correspondência.

§ 1º É de inteira responsabilidade do profissional assegurar que, até o término da votação, seu voto por correspondência chegue à caixa postal criada para receber tais votos;

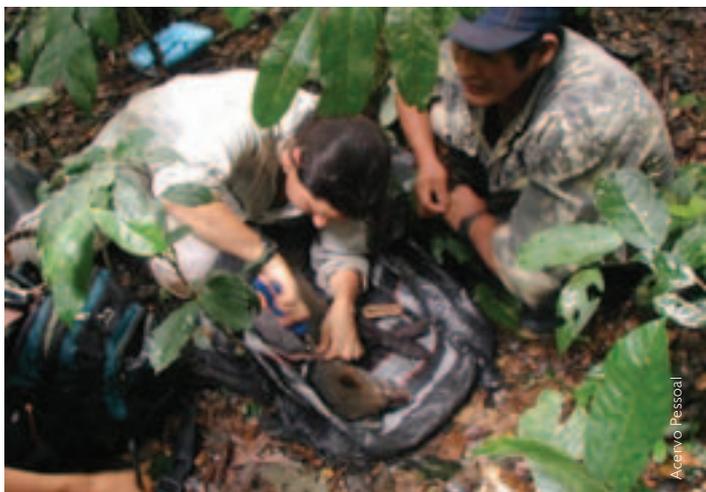
§ 2º Os votos por correspondência só poderão ser recolhidos no dia da eleição, com prazo até o seu término, por uma Comissão formada no dia do pleito e composta por um fiscal de cada chapa e um membro da CER;

§ 3º O voto por correspondência só será válido se o documento de encaminhamento estiver com firma reconhecida;

§ 4º Serão considerados nulos os votos por correspondência postados no dia da eleição no município em que se encontre a sede do CRMV ou em qualquer outro que possua urna, permitindo o voto presencial.

Fonte: Art. 10, Resolução CFMV 958/2010

Médica veterinária do Paraná em destaque na National Geographic



Há mais de 10 anos, a médica veterinária Renata Leite Pitman se dedica à pesquisa no sul da Amazônia peruana sobre o cachorro-do-mato de orelhas curtas (*Atelocynus microtis*), uma espécie rara e endêmica da região amazônica, ocorrendo no Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Brasil.

O estímulo para pesquisar o animal veio do seu chefe desde 2000, o professor John Terborgh, do Centro para a Conservação Tropical da Universidade de Duke, nos Estados Unidos. Terborgh já trabalhava na Amazônia peruana por 30 anos, e comentou com a Renata que habitantes locais passaram a relatar a maior incidência do cachorro-do-mato de orelhas curtas após vários anos sem notícias da espécie. Depois da conversa, Renata começou a busca por publicações a respeito. “Apesar de a espécie ter sido descrita há mais de 130 anos, encontrei apenas dois relatos de encontros com a espécie em vida livre na literatura”, conta.

Em 2000, Renata fez uma viagem de três meses à Estação Biológica Cocha Cashu, no Parque Nacional de Manu, para ajudar Terborgh a manejar a estação e para pesquisar um pouco mais sobre esses relatos de avistamento do cachorro. “Fui para ficar três meses e acabei ficando mais de dez anos estudando a espécie”, exclama. Durante este período, Renata morou efetivamente cinco anos na floresta (na Estação Biológica Los

Amigos), teve duas filhas e conseguiu levantar inúmeros dados da espécie. “O apoio que recebi do meu marido foi imprescindível para conduzir o estudo”, lembra a médica veterinária.

Durante estes anos, a pesquisadora já enfrentou diversas dificuldades. Demorou meses até conseguir capturar e identificar um indivíduo da espécie (até hoje ela capturou apenas cinco cachorros para estudá-los via telemetria); a região é de mata fechada o que dificulta a transmissão de dados por telemetria (VHF - *Very High Frequency*) e por sinais de satélite (GPS - *Global Positioning System*); além dos custos da pesquisa. “Minha primeira decepção foi quando um índio matou o primeiro indivíduo que havíamos conseguido capturar, após meses de tentativas. Eu estava em Lima e recebi uma mensagem por rádio dizendo que o cachorro estava morto. Fui até Ucayali, aluguei um avião (o único meio de chegar até o local onde trabalhávamos, o Parque Nacional do Alto Purus) e, depois de dois dias de viagem de barco, descobri que um cacique havia matado o animal, porque eu tinha contratado outro índio para ser meu assistente. Essa decepção só me deu mais ânimo e vontade para seguir estudando a espécie.”

“Depois disso, fomos morar na Estação Biológica Los Amigos (ao sudeste do Parque Nacional Manu), e conseguimos

capturar quatro outros indivíduos, inclusive uma fêmea com a sua cria que pudemos acompanhar a dispersão pela floresta, o que ela comia e que áreas utilizava.

Mas foi em 2007 quando o fato mais inesperado aconteceu. Ainda que não exista nenhum exemplar dessa espécie em nenhum zoológico do mundo, um conhecido de Renata encontrou um filhote de aproximadamente dois meses à venda num mercado na cidade de Puerto Maldonado, a cidade mais próxima da área atual de estudo da Renata (Los Amigos). Ele queria criar o animal, o qual chamou de Oso, e tentar fazê-lo reproduzir-se com cachorro doméstico para vender a cria. Renata demorou um ano para convencê-lo do contrário e entregá-lo para pesquisa. Em março de 2008, Renata conseguiu todos os requisitos oficiais necessários para levar Oso à Estação Biológica de Los Amigos, onde ela já conhecia a população nativa de cachorros-do-mato de orelhas curtas. Seu interesse era adaptar Oso à floresta, inicialmente caminhando com ele numa coleira, e observar sua alimentação na floresta, comparando com o que comem os cachorros selvagens, além de observar sua reação diante das várias espécies da vida silvestre, e se possível, diante de outros cachorros da mesma espécie.

“Isso só foi possível por causa da paixão e comprometimento do meu assistente de campo Don Emeterio

Nunnonca. Logo que eu trouxe o Oso para a Estação, entreguei nas mãos do Emeterio com a maior confiança, pois ele já trabalhava comigo desde 2003, e sem sombra de dúvida ele é a pessoa mais cuidadosa e talentosa com animais que eu já conheci". Emeterio logo se fez amigo de Oso. Juntos, eles caminhavam pela floresta três vezes por semana, tentando simular áreas similares às percorridas pelos cachorros silvestres.

"Como temos muita dificuldade em saber o que colocar numa armadilha para atrair a espécie, começamos a fazer vários testes, escondendo potenciais iscas em lugares predeterminados na trilha, e depois deixando o Oso com o Emeterio passarem. O Emeterio, além de segurar a coleira do Oso, segurava uma pequena câmera de vídeo para filmar a reação a cada isca, assim como o tempo de entretenimento a cada item. Durante uma dessas caminhadas, algo fantástico aconteceu. O Emeterio e Oso se depararam com um macho selvagem. O animal os seguiu por 15 minutos, e o Emeterio pode tirar fazer fotos e vídeos dos dois. Poucos meses depois, eles se encontraram com uma fêmea no cio, que os seguiu por uma hora. Ainda que o Emeterio tentasse soltar a coleira para que os dois copulassem, isso não ocorreu. Então, passamos a pensar numa ferramenta para ajudar a filmar o comportamento reprodutivo da espécie."

Buscando na internet, Renata encontrou exatamente o que estava buscando: uma *crittercam*, que nada mais é que uma pequena câmera de vídeo acoplada a uma coleira com um radiotransmissor dentro, para facilitar seu encontro em caso de perda. As *crittercams* foram desenvolvidas pela *National Geographic Society*. Renata entrou em contato com a instituição e apresentou uma proposta de trabalho, a qual foi aprovada.

Em setembro de 2010, a Renata viajou junto com um biólogo e um engenheiro da *Nat Geo* para colocar uma *crittercam* em Oso e tentar observar seu comportamento social em vida livre. "Como o Oso já havia escapado algumas vezes, e em todas ele regressava para dormir no mesmo local, esperávamos que se o soltássemos de manhã com a *crittercam*, ele voltaria à noite com as imagens, o que também daria possibilidade de recarregar a

bateria da *crittercam* (operante por 8 horas, gravando 5 minutos sim, 5 minutos não). Só que trabalho de campo é feito de imprevistos. Emeterio liberou o Oso com a *crittercam*, logo atrás da fêmea e o seguiu por telemetria até onde não pode mais. O Oso demorou 10 dias para voltar, e quando voltou, tinha perdido a *crittercam*. Nós buscamos intensamente por ela sem sucesso, então, resolvemos manter o Oso em cativeiro mais um tempo, até que outra *crittercam* nos fosse enviada, o que demorou mais ou menos um mês. Durante esse mês, qual não foi a nossa surpresa: um macho silvestre veio até à estação visitar o Oso, apresentando um comportamento de defesa de território". Durante esse mês, ele visitou 20 vezes a estação e nos forneceu uma grande oportunidade de filmar e observar seu comportamento social.

"A vida é feita de oportunidades. Enquanto lamentávamos a perda da oportunidade de filmar o comportamento social entre macho e fêmea, tivemos a oportunidade de filmar o comportamento entre machos, o que foi muito interessante e inédito."

Terminadas as filmagens, Oso foi solto na floresta, somente com um pequeno colar híbrido (GPS/VHF). "Até o momento, ele se deslocou por uma área de 30 km² em volta da estação. Depois que foi solto, voltou somente duas vezes à estação, no local onde ele dormia. No mesmo lugar em que Oso costumava ficar, o macho selvagem vinha comer e urinar como que para provar sua dominância. A *National Geographic* publicou um vídeo em fevereiro com dados preliminares do estudo, que pode ser acessado em www.nationalgeographic.com, no link Vídeos.

Em abril, Renata foi considerada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, sigla em inglês) como heroína pela sua dedicação à fauna sul-americana. Ao total, a organização selecionou 12 heróis.

Além do apoio da *National Geographic Society*, os projetos também contam com o apoio da *Wildlife Materials*, *IdeaWild*, *Disney Conservation Fund*, *Conservation Food and Health*, *Frankfurt Zoological Society* e *Amazon Conservation Association*.

Apesar de atualmente a médica veterinária morar em Quatro Barras,

região metropolitana de Curitiba, a pesquisa continua. Ela coordena sua pesquisa e faz viagens periódicas à estação. "Minha presença também é importante aqui, pois preciso pleitear constantemente financiamentos para dar continuidade ao estudo." Segundo ela, "não tenho previsão para finalizá-lo. Nestes anos consegui levantar muitas informações, porém ainda não consegui obter dados básicos para estimar o tamanho da população da espécie, o que é importante para estabelecer medidas eficientes para sua conservação. Ainda há muito que fazer e espero que esta reportagem estimule outros médicos veterinários a trilharem também por caminhos tão pouco explorados. A situação na Amazônia é totalmente caótica, destrói-se tudo antes de conhecer. A maioria das espécies ainda é pouco estudada, e muitas espécies ainda não estão descritas para a ciência. Temos muito que aprender com os animais em termos de estratégia e adaptação. A última vez que eu fui ao Peru, tinha um estudante de doutorado estudando manobras dos vôos de várias espécies de beija-flor. Ele tinha quatro computadores superpoderosos, com quatro câmeras de vídeo igualmente poderosas, num quarto onde ele soltava o beija-flor e filmava suas manobras, para entender diversos aspectos relacionados à física do voo, para possível adaptação ao desenho de aeronaves. Eu acho esse exemplo fantástico para mostrar o quanto temos que aprender com os animais".

Aqui no Paraná, Renata também atua como professora de Ecologia da Paisagem no curso de pós-graduação em Conservação da Natureza e Educação Ambiental, da PUC-PR, e como secretária do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra da Baitaca, esta última atividade como voluntária em prol da consolidação do Parque.

Renata Leite Pitman é integrante da Comissão de Meio Ambiente do CRMV-PR. Para mais informações sobre pesquisas da médica veterinária, visite <http://www.duke.edu/web/ctc/staff/Renata.html> ●

Gabriela Sguarizi

jornalismo@crm-pr.org.br

Recomendações para o Planejamento de Ações de Manejo das Populações de Cães e Gatos em Áreas Urbanas



iStockphoto

O planejamento e execução de ações de manejo das populações de cães e gatos em áreas urbanas são grandes desafios para os gestores municipais. Ações desta natureza se fazem necessárias para tentar minimizar os inúmeros problemas decorrentes do elevado número de animais observados em vias públicas sem supervisão de um tutor ou responsável. A prevenção e controle de zoonoses e agravos que envolvam estas espécies, assim como a garantia de proteção e aumento do bem-estar destas espécies animais devem ser as prioridades das ações propostas.

Tendo em vista que os cães e gatos visualizados em vias públicas podem ser enquadrados como animais semidomiciliados (possuem um responsável que os deixa com livre acesso à rua), animais comunitários (possuem mantenedores com forte vínculo com animais) e animais em abandono, constata-se que as propostas para manejo e controle das populações de cães e gatos só será efetiva com o envolvimento de diversos atores sociais (responsáveis por cães e gatos, criadores de animais, médicos veterinários, zootecnistas e sociedade em geral), e que este envolvimento gere um movimento constante de amadurecimento e incorporação de atitudes de guarda responsável a todas as pessoas envolvidas com a manutenção de animais de companhia.

As atividades de manejo de populações de cães e gatos realizadas no Brasil objetivam, em sua maioria, o controle de zoonoses de relevância, como a raiva e a leishmaniose visceral. Contudo, segundo parecer da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005) não existe evidência que a remoção de cães isoladamente tenha apresentado algum impacto significativo na população canina ou na disseminação da raiva. O fluxo da população é tão grande que mesmo as taxas de captura mais altas relatadas (cerca de 15% da população total) são facilmente compensadas por um aumento na taxa de sobrevivência. Sendo assim, são reconhecidos três métodos para o manejo da população canina: restrição da movimentação, controle do habitat e controle reprodutivo. O raciocínio é reduzir o fluxo da população canina e o número de cães suscetíveis à raiva, através de castração e vacinação. A captura de cães durante estes programas

pode tornar-se contraprodutiva, uma vez que cães vacinados e esterilizados podem ser exterminados.

Desta forma, a implementação de um programa de manejo das populações de cães e gatos exige planejamento na:

1. Alocação de recursos

- Financeiros
- Humanos

2. Elaboração de um PLANO DE AÇÃO que englobe a realização de

- Diagnóstico situacional, para conhecermos os indicadores e a realidade do território a ser trabalhado, anterior a execução das ações propostas
- Planejamento e execução de ações de controle
- Planejamento e execução de ações preventivas
- Monitoramento das ações realizadas
- Avaliação dos resultados obtidos
- Dedicção permanente

(BEPA, Boletim Epidemiológico Paulista, Programa de Controle de Populações de Cães e Gatos de SP, 2009).

1. A estruturação dos programas e políticas públicas deve ser gerida pelo poder público, porém sua construção e execução devem ser realizadas de forma participativa com a sociedade e setor privado, para que sejam efetivas e eficientes (alocação de recursos) e para que cumpram sua finalidade.

2. As atividades propostas devem ser incluídas no Plano Plurianual da gestão municipal para que desta forma sejam previstos recursos específicos através da inclusão de itens na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Previsão Orçamentária Anual.

3. Para que as propostas/programas sejam incluídas no planejamento orçamentário do município, estes devem ser apresentados e discutidos nos Conselhos Municipais de Saúde e Meio Ambiente. Sendo assim, recomenda-se a participação de representantes dos serviços de controle de zoonoses ou da secretaria de saúde e dos serviços de proteção à fauna dos órgãos ambientais nos referidos conselhos, para que se exerça o controle social nas políticas propostas.

4. Considerando o item anterior, recomenda-se a participação ativa de representantes nas Conferências Locais

e Municipais de Saúde e Meio Ambiente, identificando problemas que envolvam espécies animais nas localidades da discussão, assim como apresentando propostas relativas ao manejo de populações animais, para que estas façam parte das políticas de governo.

5. Buscar assessoria jurídica especializada para o desenvolvimento de documentos legais, que regulamentem ações prioritárias de manejo de populações animais e de proteção à fauna.

6. Viabilizar instrumentos que possibilitem a aplicação e a fiscalização do cumprimento da lei através de regulamentos e portarias, para que as diretrizes e metas previstas em lei sejam exequíveis. Para tal, faz-se necessário a nomeação de profissionais destinados a aplicação de penalidades previstas em lei (fiscais).

7. Conhecer a dimensão da população de animais através da realização de censos ou estimativas populacionais e/ou conhecer dados regionais produzidos por municípios vizinhos.

8. Conhecer indicadores que reflitam a dinâmica das populações de cães e gatos, como índice de natalidade, mortalidade, migração e abandono de animais. Para o levantamento destes indicadores, recomenda-se a utilização de programas de bioestatística, assim como o mapeamento do município em subdivisões conforme cenário para o levantamento dos dados.

9. Implantar programa de registro e identificação de animais para obtenção de um sistema de informação com dados que relacionem os tutores ou responsáveis aos seus animais (Portaria nº 1.172/2004, Ministério da Saúde). Viabilizar que este programa identifique os animais no momento de sua aquisição (compra, adoção). É recomendável que se associe um método de identificação visual (coleira e plaqueta) a um permanente (microchip ou tatuagem).

10. Realizar educação continuada humanitária e sensibilizante em guarda responsável, bem-estar-animal, manejo ambiental de animais sinantrópicos e promoção da saúde a partir do desenvolvimento de estratégias de

comunicação para adultos e crianças. Contribuir para a inserção destes temas na grade curricular de ensino municipal.

11. Executar programa permanente de controle reprodutivo de cães e gatos em parceria com universidades, estabelecimentos veterinários, organizações não-governamentais de proteção animal e com a iniciativa privada. Para o planejamento deste programa faz-se necessário o conhecimento da dimensão da população de ambas as espécies, para dimensionar volume de procedimentos e priorizar grupos a serem trabalhados. Essa atividade deve observar as regulamentações e resoluções do sistema CFMV/CRMVs.

12. Disponibilizar serviços próprios (veículo) ou parcerias que viabilizem acesso geográfico e econômico facilitado à população, para a realização das cirurgias de esterilização;

13. Desenvolver ações com vistas ao controle da criação e comércio de animais, associados aos programas educativos, com objetivo de promover aquisição responsável de animais (evitando a aquisição por impulso) e conseqüentemente a guarda responsável.

14. Conhecer e fiscalizar pontos permanentes e temporários (feiras) de venda, doação e adoção de cães e gatos.

15. Realizar, quando possível, ações de recolhimento seletivo de cães e gatos, ou seja, planejar o recolhimento de animais que estejam em risco ou colocando em risco a população humana e de outros animais. Considera-se animais em situação de risco os atropelados, invasores, agressivos e em estado de saúde comprometido.

16. Realizar ações para prática dos 4R's em relação a animais abandonados: resgate, recuperação, reabilitação/ressocialização e reintrodução na sociedade por meio de programas de adoção orientada e acompanhada.

17. Identificar animais mantidos pela comunidade para a realização de parceria com o poder público na execução de programas como o cão comunitário, que visa estabilizar a população destes animais nos locais em que são mantidos, uma vez que os animais controlam a entrada de novos animais ao grupo mantido; utilizando-os enquanto barreiras sanitárias

ao fornecer cuidados veterinários básicos como vacinação, vermifugação, controle de ectoparasitos; e barreira reprodutiva ao submetê-los a métodos de esterilização permanente; fortalecendo o vínculo já existente.

18. Desenvolver Programas de Saúde Animal, promovendo mecanismos que proporcionem o acesso aos serviços veterinários curativos e preventivos como: vacinações contra raiva e doenças espécie-específicas, controle de endo e ecto parasitas; ações para prevenção e controle de zoonoses, ações para prevenção de comportamento animal indesejável (educação e obediência) e soluções para problemas comportamentais, atuando preventivamente ao abandono.

19. Realizar capacitação em manejo etológico aos profissionais que trabalham diretamente nas atividades de manejo das populações de cães e gatos.

20. Incentivar a participação da comunidade, organizações não-governamentais, médicos veterinários, zootecnistas e criadores de animais nas políticas propostas.

21. Garantir que programas, políticas públicas e leis que disciplinam as ações de manejo de populações animais assegurem o atendimento aos preceitos de bem-estar animal (cinco liberdades), visando garantir a saúde e a segurança pública, a preservação do meio ambiente e o resguardo da ordem social.

22. Planejar em parceria com órgãos ambientais plano municipal de gerenciamento de resíduos de origem animal como cadáveres e carcaças de cães e gatos, incluindo animais com tutores e animais em situação de abandono, considerando leis ambientais de manejo de resíduos.

23. Incentivar a inclusão do profissional médico veterinário nas ações estratégicas de saúde da família, aproximando-o à comunidade, facilitando o manejo das populações animais, assim como o desempenho e execução de programas zoonosológicos, os quais podem ser realizados junto as Unidades Básicas de Saúde e/ou Núcleos de Assistência a Saúde da Família, propiciando um impacto em Saúde Pública Veterinária e Saúde Única.

Diante de tais recomendações é possível obter enfoque ético no manejo das populações animais, por meio da humanização dos serviços de controle de zoonoses, resgate do respeito à vida dos usuários envolvidos (seres humanos e animais), e promoção de comportamentos de harmonia entre animais, meio ambiente e seres humanos que são reflexo de cidadania e do grau de desenvolvimento de uma sociedade. ●

Referências

AMAKU, M.; DIAS, R. A.; FERREIRA, F. Dinâmica populacional canina: potenciais efeitos de campanhas de esterilização. *Pan Am J Public Health* 25(4), 2009

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM nº. 1.172 de 15 de junho de 2004. Disponível em http://gtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/port2_004/GM/GM-1172.htm

Comitê de expertos de la OMS sobre rabia: octavo informe. OMS. Ginebra: OMS, 1992. v. 824, p. 1-88.

Eliminación de la rabia humana transmitida por perro em América Latina: Análises de la situación. Washington DC: OPAS, 2005. 73p. Disponível em <http://www.paho.org/Spanish/AD/DPC/VP/rabia-sit.htm>.

GARCIA, R.C.M; MALDOMADO, N.A.C.; LOMBARDI, A. Controle Populacional de Cães e Gatos – Aspectos éticos. *Ciênc. vet. tróp., Recife-PE*, v. 11, suplemento 1, p.106-110, abril 2008.

GARCIA, R.C.M; Estudo da dinâmica populacional canina e felina e avaliação de ações para o equilíbrio dessas populações em área da cidade de São Paulo – Brasil. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Epidemiologia experimental aplicada às zoonoses da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo para obtenção de título de doutor, 2009.

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Programa de Controle de Populações de Cães e Gatos do Estado de São Paulo. São Paulo, Boletim Epidemiológico Paulista, 2006. 165p.

VIEIRA, A.M.L. Controle Populacional de Cães e Gatos – Aspectos técnicos e operacionais. *Ciênc. vet.tróp., Recife-PE*, v.11, suplemento 1, p.102-105, abril 2008.

Chinchila x Grão de Bico

Diferente de outros roedores, a chinchila é fisiologicamente particular e, embora o comércio de animais silvestres venha crescendo bastante nos últimos anos, o estudo sobre esta espécie tanto por médicos veterinários como por criadores, ainda é pouco.

A alimentação das chinchilas é um dos principais fatores que acaba resultando em muitos problemas digestivos e sistêmicos, muitas vezes, infelizmente, irreversíveis e fatais.

A necessidade básica de alimentação para esse tipo de animal é ração equilibrada elaborada especificamente para chinchilas, feno de alfafa solto (em ramos) ou prensado (em cubos) e suplementos fornecidos 2 a 3 vezes por semana. O perigo encontra-se principalmente em alguns destes suplementos, também conhecidos como "petiscos".

O grão de bico, por exemplo, um legume oferecido como nutritivo e palatável "petisco", rico em proteínas, sais minerais, vitaminas do complexo B, amido..., sem dúvida é um excelente alimento, mas para as chinchilas, é um grão leguminoso perigoso. Em sua composição contém também e em grande quantidade, o aminoácido triptofano, um precursor da serotonina que é um neurotransmissor que exerce efeitos sobre o sistema nervoso central.

A serotonina tem papel importante no organismo. É um dos principais neurotransmissores do núcleo supraquiasmático hipotalâmico, regulador central de todos os ritmos endógenos circadianos, influenciando assim, na regulação do eixo hipotalâmico periférico. A temperatura corporal controlada pelo sistema nervoso central recebe uma grande influência dos níveis de serotonina, que possui efeito duplo sobre esta temperatura, elevando-a e causando hipertermia, um dos piores inimigos das chinchilas.

Resumindo, o acúmulo e o excesso de serotonina levam a um quadro de sinais



denominado até agora, em humanos, como Síndrome Serotoninérgica. Nas chinchilas, os sinais observados clinicamente, aparecem como:

- apatia
- falta de apetite
- saciedade
- mudança de comportamento
- manias
- sede
- emagrecimento
- anorexia
- depressão
- letargia
- convulsão
- intoxicação
- hipertermia

Esses sinais podem aparecer juntos ou isolados e somente através da anamnese e de um exame clínico, ambos bem detalhados, é que podemos chegar a um diagnóstico.

Difícilmente os sinais são percebidos pelos proprietários logo no início, o que dificulta muito o tratamento. Na maioria dos casos, quando os sinais tornam-se perceptíveis, o animal já está debilitado, metabolicamente desequilibrado e muitas vezes resulta em óbito.

Tanto os médicos veterinários quanto os criadores e proprietários, devem ter consciência de que estudo e informação nunca são demais. Que os animais dependem de nós, da nossa ética, da busca pelo conhecimento, da nossa dedicação e, que cada descoberta, aparentemente pequena para nós, pode ser muito para eles. ●

Keny K. von Lasperg
Méd. Vet., Clínica de animais domésticos, silvestres e aves
doutorakeny@yahoo.com.br

Alimentos Funcionais na Alimentação de Cães

A nutrição dos animais de companhia vem sendo cada vez mais explorada, visto a necessidade de maiores informações relacionadas ao papel dos diferentes ingredientes na manutenção, crescimento e desenvolvimento dos animais. Em busca de melhorar cada vez mais a qualidade de vida e a saúde em geral desses animais, procura-se encontrar a chamada nutrição ótima. Dentro desse quadro encontram-se os alimentos funcionais.

Propriedade funcional é o termo empregado ao papel metabólico que o nutriente ou não nutriente tem no crescimento, desenvolvimento, manutenção e outras funções normais do organismo. Portanto, alimentos funcionais são aqueles que além de disponibilizar ao animal a quantidade de nutrientes que lhe é necessária, também fornecem a possibilidade de melhorar outra característica à parte (Souza et al., 2003).

Um grande número de pesquisas tem sido desenvolvido para avaliar os efeitos destes alimentos, destacando-se, no caso da alimentação de cães, o uso das fibras, prebióticos, probióticos e ácidos graxos poliinsaturados, detalhados na seqüência.

Fibras

As fibras insolúveis são aquelas pouco ou nada fermentadas pela flora intestinal sendo excretadas praticamente intactas. Como possuem características que permitem grande retenção de água, aumentam a massa fecal e o peso das fezes. Portanto, dão consistência ao bolo fecal, estimulando o peristaltismo intestinal, tendendo a diminuir o tempo de trânsito devido a sua consistência.

Já as fibras solúveis atuam como substratos para a fermentação no cólon. São agentes espessantes, tendendo a aumentar a viscosidade do bolo alimentar, diminuindo à taxa de esvaziamento gástrico e causando saciedade. Além disso, modificam o metabolismo dos carboidratos e dos lipídios. Estas características as tornam especialmente importantes em dieta

terapêuticas, como para cães obesos ou diabéticos (Hussein, 2003).

Prebióticos

Dentre os compostos prebióticos mais utilizados na nutrição de cães temos os frutoligosacarídeos (FOS) e mananoligosacarídeos (MOS) (Otero, 2003).

Os FOS não são digeridos nem absorvidos no intestino delgado, alcançando o intestino grosso intactos e ali são fermentados pelas bactérias anaeróbias que compõem a flora intestinal. Como resultado dessa fermentação, há a produção de grandes quantidades de AGV, além de CO₂, amônia e H₂, tornando o pH no lúmen do intestino grosso bastante ácido. Este meio ácido acaba sendo favorável às bactérias benéficas, como as Bifidobacterias e Lactobacillus, e inócuo às bactérias prejudiciais, como o Clostridium, E. Coli, Listéria, Salmonella, entre outras.

Os MOS apresentam a capacidade de modular o sistema imunológico e a microflora intestinal, ligam-se a uma ampla variedade de micotoxinas e preservam a integridade da superfície de absorção intestinal.

Probióticos

A microflora intestinal desempenha inúmeras funções no organismo animal. Dentre estas, destacam-se características como proteção do organismo contra infecções e outras doenças, estimular a resposta imunológica, efetuar diversas atividades enzimáticas e contribuir para o fornecimento de vitaminas e minerais (Oliveira e Batista, 2003). Os probióticos devem ser incorporados pós-extrusão, devido a alta temperatura utilizada no processo.

Ácidos graxos poliinsaturados

Os ácidos graxos poliinsaturados são fundamentais ao organismo de duas

formas distintas: como componentes estruturais da membrana celular, participando como parte integrante na sua estrutura lipoprotéica e como precursores dos eicosanóides, sendo importantes mediadores dos processos inflamatórios.

A tendência atual é que a utilização destes alimentos funcionais cresça cada vez mais na alimentação dos animais de companhia. As respostas claras a respeito das várias substâncias funcionais para cães só serão encontradas após um longo período experimental. Esta carência de respostas científicas é semelhante na nutrição humana, onde, atualmente, vários alimentos funcionais ainda seguem sendo avaliados. ●

Referências

- HUSSEIN, S. H. Functional fiber: role in companion animal health. In: Production Symposium Trade Show – Pet Food Forum, Chicago – Illinois, p. 125 a 131, 2003.
- OLIVEIRA, L.T.; BATISTA, S. M. M. A Atuação dos Probióticos na Resposta Imunológica. Disponível em: <http://www.nutricaoempauta.com.br>, Acesso em: 25/09/2010.
- OTERO, R. M. L. Oligosacáridos Como Ingredientes Funcionais: Prebióticos. Disponível em: <http://www.icofma.es>, Acesso em: 20/09/2010.
- SOUZA, P. H. M.; SOUZA NETO, M. H.; MAIA, G. A. Componentes funcionais nos alimentos. Boletim da SBCTA. v. 37, n. 2, p. 127-135, 2003.

Alex Maiorka

Zootecnista, docente do Departamento de Zootecnia - UFPR

Sebastião Aparecido Borges

Méd. Vet., docente do Departamento de Zootecnia - UTP

Laís Guimarães Alarça

Mestranda em Ciências Veterinárias - UFPR

Ananda P. Félix

Doutoranda em Ciências Veterinárias - UFPR

Homeopatia Veterinária: Outra Forma de Curar

“Existem doentes e não doenças.”

Hipócrates, pai da Medicina (460 a 350 aC), afirmava que existiam duas formas de curar: a cura pelos contrários (Contraria Contrariis Curentur) e a cura pelos iguais (Similia Similibus curentur).

Da cura pelos contrários surgiu a Alopatria do grego allos = contrário e páthos = doença; o tratamento das enfermidades tratadas com medicamentos contrários a ela, a dor, por exemplo, tratada com sedativos, a inflamação com antiinflamatório, a diarreia com antidiarreico, tentando combater a doença.

Da cura pelos iguais surgiu a Homeopatia – palavra de origem grega: hómoios = semelhante e páthos = doença. Significa doença ou sofrimento semelhante, ou seja, empregar na doença que se deseja curar o medicamento que é capaz de produzir uma doença artificial muito semelhante à doença natural.

A Homeopatia foi concebida em 1796 pelo médico alemão Samuel Hahnemann, que não aceitava a medicina drástica da época. Neste período, eram usadas como técnicas terapêuticas sangrias, sanguessugas e administração de vomitivos, purgat, suadores e outras técnicas que debilitavam ainda mais o paciente; além disso usavam o mesmo método de tratamento para todos os enfermos. É importante ressaltar que o período foi de grandes epidemias, as quais assolavam a Europa, e a população tinha pequena expectativa de vida.

Hahnemann ficou 14 anos afastado da medicina, pois havia optado em ganhar a vida com traduções de livros médicos. Foi quando traduzindo uma matéria médica sobre os efeitos terapêuticos da China officinalis ou quinina, casca de uma árvore nativa da região dos Andes usada pelos índios da América do Sul para tratar a malária ou febre intermitente; percebeu a semelhança

entre os sintomas da doença e os sintomas da intoxicação pela China. Então, resolveu tomar, triturou e tomou o pó da casca da árvore, comprovando que os sintomas da intoxicação eram os mesmos da doença e concluiu, então, que a quina era utilizada no tratamento da malária porque possuía efeitos semelhantes em pessoas saudáveis.

Animado com os resultados, experimentou beladona, digitalis, mercúrio e outros medicamentos extraídos, dos três reinos da natureza: animal, vegetal e mineral. Iniciou a experimentação usando medicamentos em matéria ou substância bruta e percebeu que alguns pacientes desenvolviam quadros de intoxicação. Desta forma, começou a fazer diluições, percebendo que acima da CH 12 (Centesimal de Hahnemann) não tinha mais matéria e os experimentadores desenvolviam sinais e sintomas em outros níveis além do material: os sentimentos, as emoções, as sensações e sonhos.

A Homeopatia vê o homem como uma unidade indivisível, formado de corpo, alma e princípio vital (tipo sutil de energia comum a todos os seres vivos, regula dinamicamente as sensações e funções do corpo e mantém suas partes em harmonia), ou seja, uma parte material visível e imaterial invisível. A enfermidade é o desequilíbrio da energia vital que se manifestam por sinais e sintomas, as lesões que se localizam em um órgão ou tecido, não são a enfermidade, mais efeitos da enfermidade. A enfermidade é entendida como uma manifestação da energia vital na tentativa de equilibrar-se através de febre, vômitos, diarreia, prurido, inquietude, etc.

O Veterinário Homeopata procura no seu paciente uma unidade, uma individualidade; encontrar correspondência em um medicamento que teve origem nos reinos da natureza, que diluído e dinamizado, de acordo com a técnica farmacológica homeopática, libera a energia terapêutica, que estava

latente na substância bruta, passando a agir na energia vital do paciente através da similitude e levando à cura.

A Homeopatia possibilita ao médico veterinário avaliar o paciente como um todo e perceber onde está o desequilíbrio e porque ocorreu, uma visão ecossistêmica, em rede, onde tudo está interligado e inter-relacionado, não existe separação: uma rede de trocas com o meio onde se vive e se relaciona, podemos melhorar a qualidade de vida de todas as espécies animais.

Os animais de companhia, por exemplo, que têm de se adaptar a viver em apartamento, dentro de um quadrado sem acesso à natureza, não podemos mudar essa realidade, mas podemos orientar o proprietário a fazer passeios diários, brincar ao chegar em casa, e se possível uma companhia que nem precisa ser da mesma espécie. Como Bia, uma yorkshire, que vive em apartamento e ficava de 12 a 15 horas sozinha, estava sem pelos nas patas dianteiras e traseiras, diagnosticada como dermatite atópica, mostrando pela simbologia da pele, que o que estava faltando para ela era o contato com o outro. Após tratamento homeopático, Bia está peluda e convive com Cida uma calopsita que vive solta e em cima dela. ●

Referências

HAHNEMANN, S. Organon da arte de curar. 6ª edição - Buenos Aires. 1976.

DANCIGER, E. Da Alquimia à Homeopatia. Xenor Editora – RJ 1992.

CAPRA, F. A teia da vida. Editora Cultrix – SP 1996.

Vânia Noureley Ayres da Silveira

Méd. Vet., Especialista em Homeopatia
Veterinária
Centro Brasileiro de Homeopatia
Veterinária e Estudos Sistêmicos
www.cbhvet.com.br

O papel e a importância do Médico Veterinário na Saúde Pública

O termo Saúde Pública pode gerar muitas discussões quanto à sua definição estando associado de modo equivalente a denominações como “Saúde Coletiva”, “Medicina Social / Preventiva / Comunitária”, “Higienismo”, “Sanitarismo”. Em geral, a conotação veiculada pela instância da “Saúde Pública” costuma se referir a formas de agenciamento político/governamental (programas, serviços, instituições) no sentido de dirigir intervenções voltadas às denominadas “necessidades sociais de saúde” (PAIM, 1980). Desta forma, a Saúde Pública pode ser considerada como um domínio genérico de práticas e conhecimentos organizados institucionalmente em uma dada sociedade, dirigidos a um ideal de bem-estar das populações (em termos de ações e medidas que evitem, reduzam e/ou minimizem agravos à saúde, assegurando condições para a manutenção e sustentação da vida) (SABROZA, 1994).

No Brasil, a História da Saúde Pública nos revela a pouca importância que vários governos tiveram em relação à mesma. Somente na década de 50, no então governo Getúlio Vargas, é que houve a criação do Ministério da Saúde e no final da década de 80, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), após o término da ditadura militar e abertura democrática do Estado. Desta forma, o SUS que está vigente no Brasil até o momento, é considerado na sua concepção teórica e magnitude como um dos sistemas de saúde pública mais completo do mundo, contemplando seus usuários com simples imunizações, realizadas em Unidades Básicas de Saúde (UBS), até transplantes de órgãos/tecidos, realizados em hospitais de alta complexidade públicos e/ou privados, servindo de modelo para outros países. Porém, na prática apresenta dificuldades em sua aplicabilidade por inúmeras razões que podem ser originárias dos campos político, econômico, social, cultural e educacional. Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) por intermédio da Constituição Federal de 1988 e sua consequente regulamentação pela Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90) no

início da década 90, houve a descentralização das ações de saúde pública como um todo com a consequente municipalização da Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Ambiental. Desta maneira os municípios passaram a assumir as atividades anteriormente desenvolvidas pelo estado. Aqueles que não possuíam profissionais no quadro se obrigaram a adquirir-los seja por meio de concursos ou contratos, nesse momento houve um incremento bastante expressivo na contratação de profissionais Médicos Veterinários. Desta forma, o Artigo 200 (da Constituição Federal de 1988) e o 6º (da Lei Orgânica Saúde 8080 de 1990) destacam as ações da Saúde Pública, entre elas a Vigilância Sanitária (VISA) e a Vigilância Epidemiológica, as quais o Médico Veterinário pode desempenhar por sua formação profissional. Seguem Artigos abaixo:

Artigo 200 (Constituição Federal de 1988):

Art. 200. *Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:*

- I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;*
- II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;*
- III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;*
- IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;*
- V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;*
- VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;*
- VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;*
- VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.*

Artigo 6º da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90)

Art. 6º. *Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):*

I - a execução de ações:

- a) de vigilância sanitária;*
- b) de vigilância epidemiológica;*
- c) de saúde do trabalhador; e*
- d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;*

...

V - a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho;

VII - o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde;

VIII - a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano;

IX - a participação no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

§ 1º Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

§ 2º - Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

§ 3º - Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho...

Pelas definições mencionadas na legislação torna-se difícil separar as ações da vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e da saúde do trabalhador, pois trata-se de um mesmo grupo de ações inter-relacionadas, visando à promoção, prevenção e controle dos riscos e agravos à saúde. Vários modelos técnico-organizacionais da medicina preventiva englobam todas estas ações mencionadas anteriormente como Vigilância em Saúde.

A Medicina Veterinária com os seus saberes tem um alcance em todas estas áreas, pois o homem faz parte de um ecossistema onde vivem os animais e em constante relação com estes, sendo agente passivo e ativo, réu ou vítima, na transmissão de agravos e doenças. É neste ambiente em que o homem busca sua alimentação, cria animais, produz, transforma e consome alimentos, bens e serviços e onde está exposto a todo tipo de riscos à saúde decorrente, por diversas vezes da sua ação antrópica ou, da relação que tem com o meio em que vive. Tudo isto faz com que o papel do Médico Veterinário seja importante na sociedade e na ciência (RAMOS, 2008).

Desta forma, as ações do Médico Veterinário na Saúde Pública podem ser desenvolvidas em diversas áreas, tais como:

- *fiscalização de estabelecimentos de interesse a saúde de bens de consumo:* indústria, distribuição/comércio e consumo de alimentos tais como, cozinhas industriais, hipermercados, supermercados, refeitórios, açougues, abatedouros de animais (SIM, SIP e SIF), bares, lanchonetes, ambulantes, e congêneres;
- *fiscalização de estabelecimentos de interesse a saúde – serviços:* seja nas relacionadas a atividades veterinárias (hospitais, clínicas, consultórios, laboratórios de análises clínicas e de biotecnologia, estabelecimentos de diagnóstico por imagem, cemitérios, drogarias veterinárias, pet-shops e outras formas de comércio animal, no uso e prescrição de medicamentos sob controle especial), como em outras atividades não veterinárias (hospitais, controladoras de pragas, saneantes domissanitários, farmácias e drogarias, da indústria de correlatos e cosméticos, de saneamento ambiental);
- *fiscalização zoonosária em imóveis comerciais ou residenciais,* atendendo às denúncias de maus tratos aos animais e de irregularidades no saneamento ambiental;
- *manejo da fauna sinantrópica* (incluindo o controle integrado de vetores e roedores e o manejo populacional de cães e gatos);

- *fiscalização da implantação do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde,* animal ou humana, para os resíduos de origem biológico, da destinação de cadáveres e carcaças, dos produtos químicos, físicos ou inertes;
- *ação integrada com a vigilância epidemiológica* em surtos alimentares e outros agravos, transmissíveis ou não, no controle de zoonoses emergentes e re-emergentes, nas campanhas de imunização;
- *desenvolvimento e execução de programas zoonosários,* junto às Unidades de Saúde e nas comunidades;
- *participação no Controle Social do SUS* – através da sua inserção junto aos Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde em todas as esferas (local, distrital, municipal, estadual e nacional).

O Médico Veterinário atuante na área Saúde Pública, quando passa a ocupar um cargo de gestão, pode contribuir de forma significativa para a consolidação do SUS, através de sua participação ativa em:

- Comissões Intergestores Bi (CIB) e Tripartite (CIT);
- Secretarias de Saúde, coordenando atividades de Vigilância em Saúde e de Centros de Controle de Zoonoses;
- diversos níveis do controle social do SUS;
- discussão e elaboração de políticas públicas de saúde (controle e prevenção de enfermidades, como: raiva, leptospirose, toxoplasmose, leishmaniose, tuberculose, dengue, influenza aviária, entre outras);
- discussão e elaboração de leis, normas, regulamentos de interesse à saúde humana e ambiental;
- política de resíduos de serviços de saúde;
- comissões técnicas específicas referentes à saúde humana, animal e meio ambiente (podendo servir de elo entre os diferentes serviços públicos que direta ou indiretamente contribuem para a Saúde Pública);
- implantação e aprimoramento técnico-científico de projetos e programas na área de saúde humana e animal, visando à prevenção, promoção e recuperação da saúde;

Tendo em vista todas as ações que o Médico Veterinário desempenha na Saúde Pública, torna-se imprescindível a inserção deste junto aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF, que faz parte da Atenção Primária à Saúde, um dos pilares do SUS.

Desta forma, o profissional Médico Veterinário deve estar apto a trabalhar em equipes multidisciplinares, com diferentes saberes e atuar intersetorialmente, com

diversos níveis, intra e extra-institucionais, e com a sociedade civil organizada.

A importância do profissional Médico Veterinário tem que ser mostrada à população, pois ela normalmente o vê somente como Clínico, principalmente na área urbana. Comumente o profissional que atua diretamente numa das diversas áreas dentro da saúde pública é inquirido do porquê estar atuando em Vigilância Sanitária de Alimentos, por exemplo. Como podemos atribuir culpa a população pela desinformação se até mesmo os gestores públicos dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal), muitas das vezes, desconhecem o papel do Médico Veterinário na Saúde Pública? O reconhecimento deste profissional como ator nesta importante área social é de todos (Sistema CFMV, CRMVs, Sociedades, Federações, Associações, comunidade e também dos profissionais em seus trabalhos diários, inclusive participando do controle social da saúde nos conselhos de saúde nas diferentes esferas: municipais, estaduais e federal).

Trabalhos educativos e informativos a respeito da atuação do Médico Veterinário na área de Saúde Pública são de suma importância para a divulgação da inserção deste profissional nesta área, principalmente para gestores públicos (Governantes e Secretários de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente). Além disso, trabalhos desta natureza junto aos Conselhos de Saúde, Meio Ambiente e Agricultura das diversas esferas, são importantes para que os conselheiros ajudassem na divulgação das ações desenvolvidas pelo Médico Veterinário, direta ou indiretamente na Saúde Pública, em todos os segmentos da sociedade civil organizada e para a população como um todo.

Importante ressaltar que durante o período de formação dos profissionais Médicos Veterinários não é dada a devida importância para a área de Saúde Pública, que pode ser constatada dentro das grades curriculares apresentadas por diferentes cursos de graduação de diferentes instituições de ensino superior do nosso país. Além disso, as disciplinas ofertadas apresentam conteúdos de forma fragmentada não permitindo que haja uma interação/consolidação dos mesmos para uma formação adequada na área. Desta forma fica notório que a própria classe acaba tendo uma formação acadêmica fragmentada e por consequência deficitária que não permite compreender o vasto campo de

atuação que o Médico Veterinário possui dentro da Saúde Pública.

A formação do Médico Veterinário está muito focada na clínica (principalmente de pequenos animais) ou na produção animal (de acordo com o perfil regional) de forma bastante técnica e pouco articulada com as demais disciplinas que compõe o currículo básico de formação do Médico Veterinário. Desta forma, as grades curriculares da grande maioria dos cursos de graduação de Medicina Veterinária do nosso país concentram esforços em direcionar a maior carga horária para disciplinas relacionadas a estas duas áreas clássicas de atuação do Médico Veterinário. Além disso, a maior parte dos cursos de graduação não disponibiliza disciplinas de estágios curriculares obrigatórios específicas na área de Saúde Pública, dificultando, ainda mais, a criação da cultura da saúde pública como uma importante área de atuação do Médico Veterinário dentro dos próprios cursos de graduação. Este entendimento deve ser trabalhado inclusive entre os profissionais formados (principalmente com aqueles que atuam em clínicas e produção animal) reforçando a importância desse profissional como agente de saúde junto à sociedade.

Este quadro poderia ser alterado através de uma maior articulação e interação entre as disciplinas dos cursos de graduação, pois muitos aspectos da Saúde Pública estão inseridos tanto nas disciplinas de produção quanto nas de clínicas. Além disso, fazer um trabalho de base junto aos coordenadores de cursos de graduação e docentes de forma que os projetos político-pedagógicos dos cursos de Medicina Veterinária pudessem formar o Médico Veterinário generalista contemplando tanto os aspectos das Ciências Agrárias quanto das Ciências da Saúde. Desta forma, se constata a necessidade de inserção nas ementas das disciplinas (tanto nas específicas da área da saúde, quanto nas demais) sobre legislações vigentes, regulamentos e políticas públicas na área de saúde, visando o interesse dos acadêmicos para esta área de atuação profissional.

Geralmente, os acadêmicos de Medicina Veterinária direcionam sua formação para a área clínica, e quando saem para o mercado de trabalho se deparam com a realidade de que existe a possibilidade de atuarem em funções dentro de Serviços de Saúde. Neste momento, percebem que não estão preparados para atuarem nos cargos pretendidos.

No ano de 2004 a ANVISA (Agência Nacional e Vigilância Sanitária), realizou um censo no país para ter uma idéia de quantos profissionais atuavam na área de saúde. Foram constatados que havia 32 mil profissionais da área da saúde atuando, assim distribuídos:

- 10 mil eram de nível superior (destes 2,5 mil eram Médicos Veterinários);
 - 22 mil eram de nível médio;
- Dos 32 mil a nível nacional, 16 mil trabalhavam com Vigilância Sanitária de Alimentos, 8 mil com Saúde do Trabalhador e 11 mil com Controle de Vetores e Zoonoses.

No Paraná havia 626 profissionais de nível superior sendo que 266 eram Médicos Veterinários correspondendo a 42% do total.

Frente ao exposto podemos perceber que existe um mercado de trabalho promissor dentro dos serviços de Saúde Pública para o Médico Veterinário nos órgãos públicos das diferentes esferas de governo. Desta forma, é fundamental que os profissionais tenham uma formação holística afinada com as Ciências da Saúde que possibilite sua inserção no mercado de trabalho, interagindo com a sociedade e correspondendo com as expectativas da mesma.

Quadro 1 – Profissões da área de saúde, anos da criação da legislação/regulação do exercício profissional e criação dos Conselhos de Classe. Adaptado de GIRARDI et al. (2000).

PROFISSÃO	PRIMEIRA LEI DE EXERCÍCIO	CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS
Medicina	1932	1957 (*)
Farmácia	1932	1960
Odontologia	1931	1964
Medicina Veterinária	1968	1968
Enfermagem	1955(**)	1973
Serviço Social	1957	1962, 1993 (***)
Psicologia		1971
Nutrição	1967	1978
Fisioterapia	1969	1975 (****)
Terapia Ocupacional	1969	1975 (****)
Biologia		1979 (*****)
Biomedicina		1979 (*****)
Fonoaudiologia	1981	1981
Educação Física	1999	2000

(*) A criação do Conselho de Medicina é de 1945, mas só em 1957 é regulamentado de fato.

(**) Existe uma lei que regula a propaganda da enfermagem anterior à norma regulamentadora do exercício da enfermagem, de 1942.

(***) Existe uma lei de que institui um Conselho Nacional de Serviço Social, de 1938. A lei de 1993 muda a denominação de Conselho Federal de Assistente Social para Conselho Federal de Serviço Social.

(****) Os Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional são os mesmos.

(*****) Os Conselhos Federal e Regionais de Biologia e Biomedicina foram criados em conjunto em 1979, e desmembrados em 1982.

O Médico Veterinário, entre os profissionais da área da saúde (dos 14 existentes – ver Quadro 1, anexo), é o profissional que por sua formação teórica e prática possui capacidade de garantir a qualidade dos produtos, desde a produção da matéria-prima no campo até a mesa do consumidor final. Sob o ponto de vista da interação homem-animal, o Médico Veterinário além de garantir a segurança e qualidade alimentar, prevê o bem-estar dos animais, respeitando a hierarquia e direito de cada um dentro do meio em que vivemos.

O papel social dos conselhos profissionais na área da saúde

No ano de 2007, a então Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia e Coordenadora do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde, Dra. Maria Thereza Mendonça C. de Rezende, declara em seu texto baseado em documento elaborado pelo Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS) e publicado na Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, como segue:

“A importância da qualidade do atendimento em saúde a toda a população brasileira, destacando o papel dos Conselhos Profissionais em defesa dessa busca, e colocando os à disposição das Casas

Legislativas, dos Ministérios, Secretarias e Conselhos de Saúde em todas as instâncias para somar esforços rumo a esta meta de relevante cunho social, é parte das atribuições dos Conselhos Profissionais da Saúde. Conselhos Profissionais, não se pautam pelo caráter corporativista. A bem da verdade, são um seguimento das entidades de trabalhadores da área de saúde e corroboram pela causa da saúde para todos com qualidade.

Profissões nascem como resposta a necessidades sociais históricas, em determinados contextos que justificam sua existência. Organizá-las é exigência do próprio processo societário, preservando interesses da sociedade em geral. Não se restringem, portanto, aos interesses meramente corporativos. O exercício profissional assume assim caráter público, tornando-se objeto de fiscalização do Estado. Esta função, pública, é atribuída aos Conselhos Profissionais, entidades de natureza jurídica e federativa, com autonomia administrativa e financeira, mantidas pelas contribuições de cada profissional inscrito, quando de sua habilitação para o exercício profissional.

Conselhos defendem e disciplinam o exercício profissional, representando, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos profissionais, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados à sociedade. No regime democrático, os Conselhos Profissionais também contribuem para o fortalecimento dos mecanismos de controle social e para a democratização das políticas públicas. Fazem isto vinculando o projeto ético-político profissional a um projeto social mais amplo; coloca-se como um agente importante na construção e consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

No exercício da profissão, muitos profissionais desenvolvem processos de trabalho mediados por relações contratuais. Isto os coloca na condição de força de trabalho assalariada. O profissional autônomo ou liberal, numa sociedade mercantil, fica igualmente submetido às regras estabelecidas pelo mercado, numa relação de compra e venda, não de serviços ou produtos apenas, mas do seu próprio trabalho. Ao nos identificarmos como trabalhadores inseridos nas relações sociais, assumimos uma função na divisão social do trabalho. Os serviços prestados deixam de ser ações isoladas, meramente técnicas,

e nos impõem responsabilidade ética e política no exercício profissional.

Nessa perspectiva, a ação dos Conselhos Profissionais é redimensionada para além do seu aspecto normativo e fiscalizador, voltando-se para o movimento da sociedade na defesa dos direitos fundamentais do cidadão.

A trajetória dos Conselhos e Ordens, mais particularmente a partir da década de 80, vem sendo marcada pela sua inserção nas diferentes lutas da sociedade, atuando como um sujeito ativo na construção coletiva de espaços democráticos de defesa das políticas públicas, contribuindo para a institucionalização de princípios democráticos da Constituição de 88. Desde então, os diversos Conselhos têm priorizado ações que estimulam a qualificação de profissionais e trabalhadores, melhores condições de trabalho, democratização das relações profissionais, participação nos espaços de controle social, universalização das políticas sociais, garantia do direito ao acesso humanizado dos serviços públicos e estímulo à participação popular, em articulação com os vários segmentos da sociedade.

A participação dos Conselhos Profissionais nos mecanismos de controle social instituídos ou instituintes demonstra o seu compromisso com os interesses mais gerais da sociedade, aliados aos interesses individuais de cada profissional/trabalhador. Hoje, na representação de trabalhadores de diferentes áreas, os Conselhos Profissionais são parte integrante dos conselhos de direitos, conselhos de políticas, grupos de trabalho ministeriais, fóruns de entidades da sociedade civil e organização de seminários, conferências e similares, fortalecendo espaços democráticos, ladeando os anseios mais gerais da sociedade. Portanto, os Conselhos tornam-se sujeitos históricos indispensáveis no processo de construção de um pacto civilizatório pautado na ética e nos direitos humanos, pela justiça social e pela democracia!

Uma sociedade só evolui a partir de sua capacidade de repensar suas regras, valores e códigos de conduta de forma plural e estruturada. Isto permite analisar o presente à luz do passado para planejar e pavimentar o futuro de forma interativa. Por esta via, os Conselhos exercem seu papel na cultura profissional de uma sociedade."

Desta forma, podemos perceber que vários aspectos estão relacionados e são interdependentes para a compreensão plena do papel do Médico Veterinário na área de Saúde Pública. Para efetivação desta compreensão haveria necessidade de algumas quebras de paradigmas que percorreriam desde o meio acadêmico até as estruturas dos próprios Serviços de Saúde Pública, além de muito trabalho de base. Quando isso começar acontecer, será possível almejar a inserção do profissional Médico Veterinário dentro dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), que dão suporte às Equipes de Saúde da Família que realizam os trabalhos estabelecidos na Atenção Primária à Saúde (um dos pilares do SUS). ●

Referências

PAIM, J.S. 1980. "As ambiguidades da noção de necessidade em saúde" in Planejamento. Salvador. 8 (1/2), pp. 39-46.

RAMOS, L.H.M. 2008. "A importância do Médico Veterinário na Vigilância Sanitária: Inserção e Participação na Gestão". SEMINÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA/2008 - 04 e 05/09/2008 – São Paulo – SP.

REZENDE, Maria Thereza Mendonça C. de. O papel social dos conselhos profissionais na área da saúde. Rev. soc. bras. fonoaudiol., São Paulo, v. 12, n. 1, Mar. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342007000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Oct. 2010. doi: 10.1590/S1516-80342007000100002.

SABROZA, P.C. 1994. "Saúde Pública: Procurando os Limites da Crise". Documento para debate. Departamento de Grandes Endemias. ENSP/FIOCRUZ. 17 p.

Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

Walfrido Kühl Svoboda

Méd. Vet., membro CZBEA/CRMV-PR

Elizabete Balbino Javorouski

Méd. Vet., membro CZBEA/CRMV-PR e
VISA-Piraquara

Os contornos éticos da publicidade dos serviços médicos veterinários

Inicialmente cabe firmar que o termo “publicidade”, para efeitos de disciplina ética do exercício da Medicina Veterinária, deve ser compreendida como “a divulgação pública, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, de atividade profissional resultante de iniciativa, participação e/ou anuência do médico veterinário”.¹

Consoante o artigo 13, inciso VIII, do Código de Ética², o Médico Veterinário não pode divulgar informações sobre assuntos profissionais de forma sensacionalista ou promocional.

No mesmo sentido, o artigo 8º da Resolução 780 do CFMV³, prevê que “durante a concessão de entrevistas e outras aparições públicas e quando da publicação de artigos, o médico veterinário deve evitar sua autopromoção e o sensacionalismo, em obediência aos preceitos do Código de Ética”.

Quando se vale de qualquer meio de comunicação para realizar divulgações, prestar informações, conceder entrevistas ou publicar artigos do interesse da Medicina Veterinária, o Médico Veterinário deve agir orientado a finalidades educativas e de interesse social, conforme preconiza o artigo 7º da mesma Resolução 780/2004 do CFMV.

No que diz respeito aos estabelecimentos médicos veterinários, as placas indicativas não podem conter frases de impacto publicitário ou qualquer elemento que importe em autopromoção profissional. O mesmo vale para a confecção de anúncios e materiais impressos. Em todos esses casos, de acordo com o artigo 35 do Código Deontológico, o conteúdo deve restringir-se ao nome do profissional, profissão e número de inscrição do CRMV; especialidades comprovadas; título de formação acadêmica mais relevante; endereço, telefone, horário de trabalho, convênios e credenciamentos; e serviços oferecidos.



Nos anúncios de clínicas, hospitais, laboratórios e outras instituições ligadas a Medicina Veterinária, o artigo 6º da Resolução 780/2004 do CFMV prevê ainda que “deverá constar, obrigatoriamente, o nome do responsável técnico (RT) e seu respectivo número de inscrição no Conselho Regional em cuja jurisdição estiver localizado o estabelecimento”.

É vedada também ao Médico Veterinário, nos termos do artigo 36 do Código de Ética, a “divulgação, em veículos de comunicação de massa, de tabelas de honorários ou descontos que infrinjam os valores referenciais regionais”.

Pois bem. Evidentemente não vamos abordar todas as normas pertinentes ao tema - não é esse o nosso objetivo aqui. Nossa intenção, de fato, é trazer o assunto para debate, pois pode haver quem pense que as restrições a liberdade de publicidade das atividades dos Médicos Veterinários são incompatíveis com uma economia de mercado como a brasileira, em que o modelo de livre iniciativa vigora com respaldo de nossa Constituição Federal. Uma ponderação crítica, porém, é capaz de dissipar essa compreensão.

A altíssima relevância pública da Medicina Veterinária certamente exige que sejam adotados padrões diferenciados em relação a outras profissões. É imprescindível que se assimile que a

legítima competição instaurada entre os profissionais não se sobrepõe a um interesse maior, o interesse público. As proibições postas aos Médicos Veterinários inibem, indiscutivelmente, a mercantilização e o aviltamento da profissão, impedindo que a prospecção direta e agressiva de clientela pelos profissionais reduza a Medicina Veterinária a um mero bem de consumo sem valor.

Assim, podemos afirmar que a discrição, a moderação e objetividade com que as informações publicitárias alusivas aos atos, serviços, titulações e especialidades do Médico Veterinário devem ser transmitidas ao público são determinantes para que se evite o maior dos danos que uma profissão pode sofrer: a sua vulgarização/depreciação, principalmente quando se tem a convicção de que o enfraquecimento da Medicina Veterinária é o enfraquecimento da própria sociedade. ●

1 Redação do artigo 1º da Resolução nº 789/2004 do CFMV.

2 Resolução 722 do CFMV, de 16 de agosto de 2002.

3 A Resolução 780, de 10 de dezembro de 2004, foi editada especialmente para normatizar a publicidade no âmbito da Medicina Veterinária, conceituando os procedimentos para divulgação de temas de interesse médico-veterinário.

Arthur Nagel

Advogado, procurador do CRMV-PR

Internet & Publicidade na Medicina Veterinária

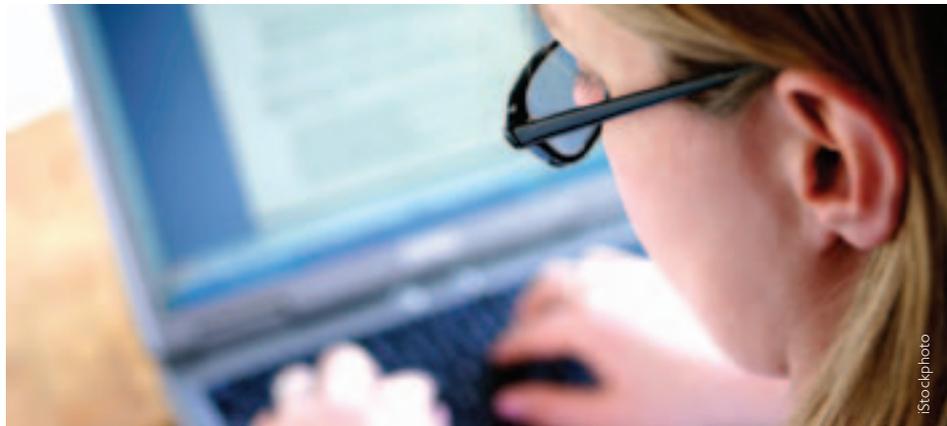
A internet é hoje uma ferramenta indispensável para a o dia-a-dia, inclusive exercendo papel fundamental na divulgação e marketing de produtos e serviços em todo o mundo. No contexto da Medicina Veterinária, tal utilidade apresenta inúmeras vantagens, mas é preciso estar atento ao Código de Ética Profissional e também às demais resoluções do sistema CFMV/CRMVs.

Um dos aspectos negativos da utilização da internet é o uso, por parte dos médicos veterinários, de sites de compras coletivas com descontos, como acessozero,groupon, peixe urbano, entre outros. O uso desse meio para oferecer serviços médico veterinários com descontos infringe diversos dispositivos. O Código de Ética do Médico Veterinário (Res. CFMV 722/02), por exemplo, não permite a prestação de serviços por preços abaixo dos usualmente praticados, tampouco permite a divulgação de tabelas de honorários ou descontos que infrinjam os valores referenciais regionais. Uma falta ainda maior é quando, além de ser divulgado desconto, vários produtos ou serviços são oferecidos em conjunto, por exemplo oferta de banho e tosa juntamente com consulta veterinária, o que também vai de encontro ao Código de Ética, que não permite condicionar o serviço veterinário ao fornecimento de produto ou serviço que não seja estritamente necessário para que a ação se complete.

Abaixo, os artigos específicos do Código de Ética do Médico Veterinário pertinentes ao assunto:

Art. 21. *Ao médico veterinário não é permitida a prestação de serviços gratuitos ou por preços abaixo dos usualmente praticados, exceto em caso de pesquisa, ensino ou de utilidade pública.*

Art. 24. *O médico veterinário deve: IV - prestar seus serviços sem condicioná-los ao fornecimento de produtos ou serviço, exceto quando estritamente necessário para que a ação se complete;*



Art. 36. *Não é permitida a divulgação, em veículos de comunicação de massa, de tabelas de honorários ou descontos que infrinjam os valores referenciais regionais.*

Ressalta-se que a oferta de produtos (ex: artigos para animais de estimação) ou serviços (ex: banho e tosa) que não são privativos ou peculiares à medicina veterinária podem ser divulgados com descontos sem infringir a legislação pertinente; mesmo por estabelecimentos veterinários, como clínicas e hospitais veterinários.

Outro erro comum quando da divulgação de serviços e estabelecimentos médicos veterinários pela internet é a falta de informações obrigatórias na publicidade, como exige o art. 2º da Res. CFMV 780/04, lembrando que conforme o art. 1º da mesma resolução, qualquer divulgação pública é considerada publicidade. No art. 6º, também é exigido o nome e número de inscrição no CRMV do responsável técnico na publicidade de instituições ligadas à Medicina veterinária.

Art. 1º *Será entendido como publicidade a divulgação pública, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, de atividade profissional resultante de iniciativa, participação e/ou anuência do médico veterinário.*

Art. 2º *Em qualquer tipo de publicidade médico-veterinária deve constar necessariamente as seguintes informações:*

- a) nome do profissional e número de inscrição no Conselho Regional;
- b) dados complementares (endereço e telefone);
- c) serviços oferecidos.

Art. 6º - *Nos anúncios de clínicas, hospitais, laboratórios e outras instituições ligadas a Medicina Veterinária, deverá constar, obrigatoriamente, o nome do responsável técnico (RT) e seu respectivo número de inscrição no Conselho Regional em cuja jurisdição estiver localizado o estabelecimento.*

O desconhecimento de tais normas não exime o profissional de responsabilidade, inclusive estando sujeito à aplicação de multa e instauração de processo ético-profissional, considerando que é obrigação do Médico Veterinário conhecer a regulamentação de sua atividade, conforme prevê o Código de Ética Profissional:

Art. 24. *O médico veterinário deve: I - conhecer as normas que regulamentam a sua atividade;*

Portanto, apesar dos inúmeros benefícios que tecnologias como a internet oferecem, não podemos esquecer que também na realidade virtual o profissional está sujeito às normativas que orientam e regulamentam a conduta ético-profissional dos médicos veterinários. ●

Louise B. de Lorenzi Tezza
Méd. Vet., Assessora Técnica do CRMV-PR
Comissão de Ética e Publicidade do CRMV-PR

Mercado pet em números



iStockphoto

O Brasil conta com 25 milhões de cães e 7 milhões de gatos nas classes A, B e C. Esta é uma das conclusões do levantamento Radar Pet, pesquisa encomendada pela Comissão de Companhia (Comac), do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan). A pesquisa identificou também que 44% dos lares das três classes possuem pelo menos um cão ou um gato.

A pesquisa Radar Pet tem base científica e foi desenvolvida para apresentar as características mais importantes do setor. Para isso, foram analisados diversos aspectos ligados a atitudes e preferências dos diferentes proprietários e núcleos familiares com relação à saúde, alimentação, cuidados e serviços relacionados aos seus pets. Para a elaboração do Radar Pet, a Comac contratou uma empresa especializada, a qual avaliou mais de 2,1 mil domicílios em abril de 2009, distribuídos em seis regiões do Brasil, as quais somadas representam 20% dos domicílios brasileiros. A idéia da Comissão, como expõe seu presidente, o médico veterinário Luiz Luccas, é atualizar esta pesquisa a cada dois ou três anos para observar a evolução do segmento no

Brasil. Uma nova rodada está planejada para o começo de 2012.

Os números do Radar Pet ajudam a desmistificar algumas ideias pré-concebidas entre poder econômico e guarda de pequenos animais. Na classe A, por exemplo, 52% dos domicílios têm pets. Este percentual cai para 47% na classe B. Na classe C, são 36% dos lares com pets.

Para Luiz Luccas, "a presença de pets decresce à medida que a renda familiar cai. Isso é explicado pelo custo dos produtos para este segmento, especialmente num país com carga tributária equivalente a 50% do preço final dos produtos". Ele comenta que no segmento de animais de companhia os impostos brasileiros estão entre os mais elevados do mundo.

Cães X Gatos

A pesquisa confirmou a preferência do brasileiro por cães. Entre os lares que optam por algum tipo de animal doméstico, eles representam 79% das escolhas, sendo que 10% preferem os gatos. Porém, no Brasil a população felina cresce mais rapidamente que a canina, apesar de ainda ser menor. Os lares que

possuem as duas espécies ao mesmo tempo representam 11% do total. Quanto aos dados divididos por classe econômica, os cães se destacam nos lares da classe A (85% das escolhas nesta categoria). Nas classes B e C, a escolha pelos cães é de 77% em cada uma. Quando analisadas em conjunto, as três classes atingem média de 1,55 cães por lar e 1,83 gatos. A maior parte dos lares opta por um único animal, sendo que 65% têm um único cão e 63% possuem apenas um gato.

Cuidados Veterinários

A estética de cães e gatos preocupa mais os donos de animais de companhia do que as visitas ao médico veterinário. Segundo Luiz Luccas, "esta contradição deve-se ao fato de que não há no Brasil o hábito de cuidados preventivos com a saúde. É muito importante levar os pets regularmente ao veterinário, porém, na maioria dos casos os donos não compreendem o valor que isso tem e o impacto que isso causa na relação estabelecida entre ele e o animal".

Apenas 24% dos proprietários de cães e gatos têm o hábito de levar seus bichos de estimação para consultas preventivas.

Se forem considerados aqueles que levam seus pets para tratamentos prolongados, este número cai para 11%. Apesar desta aparente despreocupação com questões mais amplas envolvendo a saúde dos animais de companhia, a pesquisa identificou que 55% dos cães tomam banho semanal e 42% têm o pelo tosado – a maioria em locais fora de casa, com gastos médios por estes dois serviços de aproximadamente R\$ 45,00. Em Curitiba, os gastos com banho e tosa estão acima da média nacional, cerca de R\$ 70,00.

Embora estes sejam cuidados que refletem também na saúde dos pets, questões como a cinomose, uma das mais importantes doenças que acomete os cães, está longe de ser erradicada do País, uma vez que hoje vacinam-se regularmente cerca de 25% da população canina nacional. Durante a pesquisa, quando questionados sobre os principais receios relacionados à saúde dos seus animais, 16% apontaram pulgas e carrapatos e 13% revelaram não haver nenhum tipo de preocupação.

Comportamento

Nos lares brasileiros, a presença dos pets está bastante relacionada à figura feminina que, segundo dados da pesquisa, é responsável por cerca de 69% dos animais de companhia.

Esse dado revela que o papel desempenhado pela mulher na estrutura familiar reforça a presença do cão e do gato, como parte daquele núcleo. “A mulher na maioria dos lares é figura central. Como o cachorro faz parte da casa, elas acabam assumindo o papel de dona”, explica Luccas. Essa hipótese é reforçada quando os homens afirmam serem donos dos animais. Nessa relação, os pets não têm uma relação tão intensa na vida familiar.

Quanto maior esta proximidade, mais íntima ela fica, a ponto dos donos permitirem que os animais façam companhia na hora de dormir e de redobrar os cuidados com saúde e o conforto dos pets. Na maioria dos lares, 41% dos cães dormem em áreas externas e 23% dormem no mesmo quarto que os moradores da residência – no Rio de Janeiro este percentual chega a 31% e em Porto Alegre 29%; entre os lares de classe A ele se eleva para 35%. Já os gatos têm maior prestígio, sendo que 34% deles partilham a cama com seus donos.

“Essa proximidade traz uma série de benefícios a todos os membros da família. Para as crianças e jovens, essa companhia contribui desde a redução de ansiedade até o desenvolvimento da linguagem e das habilidades motoras, inclusive para fins terapêuticos. Já no

caso de pessoas adultas e idosos, além do bem-estar psíquico proporcionado a elas pela presença de um animalzinho em seu cotidiano, os cuidados exigidos por eles estimulam os idosos a se exercitarem, melhorando também sua saúde física”, justifica Luccas.

São as crianças e jovens quem mais aprovam esta companhia: a pesquisa verificou a alta correlação entre o ciclo familiar e a presença de pets, sendo a relação com os filhos que determina a penetração de cães e gatos nos lares – isso é evidente uma vez que cerca de 40% dos lares com filhos jovens ou adolescentes possuem animais de companhia.

As pessoas realmente reconhecem o papel que os pets exercem no seu cotidiano, tanto que, nas casas onde não há animais de estimação, o que corresponde a 56% dos lares brasileiros, 38% afirmam que já tiveram um animal de estimação e, após sua morte, ainda não adquiriram ou adotaram outro. “Esse resultado também revela que a dor da perda representa o maior fator de dificuldade para se evitar uma nova tentativa”, conclui Luiz Luccas. ●

Gabriela Sguarizi
Altair Albuquerque (Comac)
jornalismo@crmvp.org.br

Serviço

Agenda 2011

Maio

VI Jornada Grupo Fowler

17/05/2011 a 20/05/2011

Local: Curitiba/PR

Informações: www.grupofowler.org

V Noites Infecciosas Felinas

20/05/2011 a 22/05/2011

Local: Londrina/PR

Informações: mzanutto@uel.br
(43) 3371.4821

XIX Congresso Brasileiro de Reprodução Animal

25/05/2011 a 27/05/2011

Local: Recife/PE

Informações: www.cbra.org.br

Junho

Congresso Internacional da Carne 2011

08/06/2011 a 09/06/2011

Local: Campo Grande (MS)

Informações: www.congressodacarne2011.com.br

XII Conferência Anual da ABRAVEQ

11/06/2011 a 12/06/2011

Local: Campinas/SP

Informações: www.abraveq.com.br

Julho

II Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo

01/07/2011 a 03/07/2011

Local: São Paulo -SP

Informações: www.itecbr.org



Congresso Medvep de Especialidades Veterinárias

27/07/2011 a 30/07/2011

Local: Curitiba (PR)

Informações: www.congressomedvep.com.br

48ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia

18/07/2011 a 21/07/2011

Local: Belém/PA

Informações: www.sbz.org.br

Prima

1145-ZP	ILAN MUNHOZ AYER
1146-ZP	DANIELA MACHADO
1147-ZP	DANIEL STREMEL PEREIRA
1148-ZP	DANIELA SATOMI INOUE
1152-ZP	ELIZEU MARCONDES DO VALE
1153-ZP	TAMARA DONATTI F. DA SILVA
9689-VP	MARCOS FELIPE W. RAUTH
9691-VP	ANDREA DONNINI
9692-VP	THAIS M. DEL MOURA SOARES
9702-VP	JONAS HENRIQUE DE SOUZA
9703-VP	JOAO LUIZ ALVES FONTES
9704-VP	GLADEMIR TEIXEIRA NUNES
9707-VP	TIAGO FRANCISCON LUIZ
9708-VP	THASSIA HELLEN N. J. PEREIRA
9709-VP	POLIANNA PAOLLA PEREIRA
9710-VP	MARILIA B. DE ANDRADE
9711-VP	ADRIANA RIBEIRO S. FIUZA
9712-VP	ALISSON GUSTAVO ROTTER
9713-VP	KARLA DANIELE WOLF
9715-VP	RAPHAEL MOREIRA DE A. V. NETO
9716-VP	EDUARDO A. DE OLIVEIRA
9717-VP	MARIANGELA SCORNAVACCA
9718-VP	SAMANTA BERTONCINE SASSO
9719-VP	VICTOR SALLOMÃO DE M. GRILO
9720-VP	RODRIGO SA
9721-VP	ANDERSON LUIS AIOLFI
9722-VP	JAIR WEGRZYN
9723-VP	MURILO MARINHUK
9724-VP	WAGNER LEANDRO C. BEIDA
9725-VP	ANGELA AVI
9726-VP	ROSLAINE DE FATIMA MEINERZ
9727-VP	TAIS DE CARVALHO PONTI
9728-VP	TAIANA FERRATO DOS SANTOS
9729-VP	TAISA GRÖTTI PEREIRA
9730-VP	ORIALI DALBERTO
9731-VP	CESAR JOSE FINGER
9732-VP	ULISSES OSVALDO G. BORGES
9733-VP	CLEVERSON CONHIZAK
9734-VP	VANESSA BLEY BONATO
9738-VP	THIAGO LUCIO DE ALMEIDA
9739-VP	REINALDO F. DE O. FEITOSA
9740-VP	RAQUEL BALESTRIN VINHAS
9741-VP	GUILHERME GOMES
9744-VP	ELISANGELA YUMI SUGAUARA
9745-VP	ROSANGELA RUMI SUGAUARA
9748-VP	FERNANDO F. BORDINOSKI
9749-VP	TIAGO ALVES DE OLIVEIRA
9750-VP	NEUZIELE SOUZA DA SILVA
9751-VP	ANNE TAMY NAGATA
9752-VP	CAMILO LILLAS COLOMBO
9753-VP	CARLA PRICILA DE FREITAS
9754-VP	DANIELE BIER
9755-VP	BRUNA RAYET AYUB
9756-VP	DANIELE J. ESMANIOTTO
9757-VP	TAMMY LYN L. B. DOS SANTOS
9758-VP	SIGLEI CRISTIANE N. LODI
9759-VP	LOUISE BOUSFIELD DE L. TEZZA
9760-VP	DANIELLA MATOS DA SILVA
9761-VP	HENRIQUE MOREIRA SOUZA
9762-VP	CAROLINA LACOWICZ

9763-VP	DAYANY CHRISTINA VIEIRA
9766-VP	MAYRON TOBIAS DA LUZ
9767-VP	MARILIA DE M. AUGUSTO
9768-VP	ALESSANDRA MOREIRA DA SILVA
9770-VP	CAMILLA RIBEIRO VILA
9771-VP	EDUARDO MORAIS PEZENTI
9772-VP	EDUARDO RAELE DE OLIVEIRA
9773-VP	ERIKA MORAES BERNINI
9774-VP	FABIO JOSE SÓTO BELLO
9775-VP	GILIAN BALESTRIN
9776-VP	GISELLE ASTOLFI FERREIRA
9777-VP	JULIANA ALVES NUNES LIMA
9778-VP	KARIN VIANNA
9779-VP	KATIA SILVEIRO SHIROMA
9780-VP	LIANA ARAUJO MARCELINO
9781-VP	LUCIANE SILVIA ROSSA
9782-VP	LUIS GUSTAVO F. BALDUINO
9783-VP	MARIANA AUGUSTA G. DA SILVA
9784-VP	PAOLA STRAMANDINOLI BRANCO
9785-VP	PEDRO HENRIQUE G. POGIOLI
9787-VP	THIAGO NOLETO AGUIAR
9791-VP	TACIA GOMES BERGSTEIN
9792-VP	NICÓLI LAÍZ SCHAEFER
9793-VP	ULISSES SOARES FILHO
9795-VP	SIMONE APARECIDA PRETTO
9796-VP	DANIEL HYROITO SANO
9797-VP	DEVAKI LIEGE DE ASSUNCAO
9798-VP	EDUARDO YUDI HASHIZUME
9799-VP	ELZA DA SILVA TABORDA RIBAS
9800-VP	FERNANDA G. BATISTA
9802-VP	MARCELO A. SCHMITZ
9803-VP	MARIA GABRIELA M. DA SILVA
9804-VP	RODRIGO CESAR M. CORREA
9805-VP	VINICIUS G. DIAS RIBEIRO DE PAIVA
9808-VP	JACKSON ANTONIO F. SCHEFFER
9813-VP	ALINY CRISTIANI P. MORENO
9814-VP	ANA KAROLINE TREVIZAN
9815-VP	ANDRÉ TOBIAS M. DE MATTOS
9816-VP	CARLOS HENRIQUE DO AMARAL
9817-VP	EVERSON JACOMETO JUNIOR
9818-VP	LYSSIA YUMI UCHIDA
9819-VP	LUCAS SEBBEN GAEBLER
9820-VP	MARCELO ANTONIO F. SCHIER
9821-VP	MARCIO FABRICIO PIOLA
9822-VP	MONICA CHAVES FRANÇOZO
9823-VP	SABRINA MITSUI K. PASQUALI
9824-VP	VICTOR RAPHAEL S. TAVARES
9826-VP	ESTHER DEVANTIER MENDES
9827-VP	CHRISTIANE DUARTE
9828-VP	DANYEL BUENO DALTO
9829-VP	GRAZIELA RIBEIRO DA CUNHA
9830-VP	BRUNO AUGUSTO DE OLIVEIRA
9831-VP	FERNANDA MATHIAS
9832-VP	ISABELA LADER
9841-VP	ANDERSON AVILA MARMENTINI

Prima Cancelada

0216-ZP	CLOVIS ROBERTO DOS SANTOS
0235-VP	JOAO KEITI ARABORI
0472-ZP	PAULO RENATO MANERA
0490-ZP	EDMUNDO ALBERTO MERCER

0587-ZP	CLEBER ROGERIO RIBEIRO
0620-VP	DIRCEU LEMMI M. MURTA
0638-ZP	GUILHERME VICENTINI
0721-VP	JOAO GRESELLE
0881-ZP	CARLOS EDUARDO C. DE O. RAMOS
0960-ZP	PEDRO H. ZEREK HESAPANHA
0978-ZP	DAMARIS CYMBALISTA
1041-ZP	JOAO HENRIQUE VERILLO
1075-ZP	LUIZ OTAVIO MARTINS MOREIRA
1084-ZP	RUBIAN BORTOLON KAZAMA
1215-VP	CRISTINA DAMBISKI
2212-VP	MARCELO PALMQUIST DE SOUZA
2260-VP	CIRO RONEI PAZ AUZANI
2304-VP	JOAO RICARDO DITIRICH
2477-VP	LUIZ HENRIQUE VOLPATO
2853-VP	ALMELISA MEDEIROS
4100-VP	DANIELLE M. T. DE ALMEIDA
5393-VP	VALQUIRIA JESUS DE O. MONTEIRO
5499-VP	CLAUDIA M. POLLO ZENI
5551-VP	EDSON VERNI LOPES
5638-VP	RAFAELA VOLPI P. GOMES
5681-VP	STANLEY CRISTANTE TEIXEIRA
6099-VP	ELIZANGELA CORADASSI
6188-VP	HUGO CARLOS D. DE MORAES
6259-VP	HENRIQUE C. MONTEIRO
6404-VP	JANAINA BERBERI DORO
6657-VP	DIEGO MARCEL ALFARO
7059-VP	RAFAEL PASTANA
7131-VP	ALINE ASTAFIEFF DA ROSA
7173-VP	ALLAN KARDEC JUNIOR ROCHA
7187-VP	ANA PAULA MAZEIKA
7231-VP	CAROLINA FURUZAWA
7284-VP	CRISTIANI DOS S. BOLZAN
7332-VP	CAROLINA TERU MATSUI
7349-VP	ALIK MIYUKI TAKAKI
7444-VP	LARISSA ANUSKA ZENI CONDAS
7618-VP	PIERO DA SILVA AGOSTINI
7624-VP	SORAYA MIDORI C. MORITA
7672-VP	AMANDA POLI ANTUNES
8433-VP	RENATA CARLINI P. DA SILVA
8504-VS	THIAGO F. BIANCARDI
8626-VP	ADRIANO FERNANDES RAPOSO
8951-VP	DANIELLE CRISTINY VIEIRA
9094-VP	JAQUELINE R. DE ANDRADE
9794-VP	KASSIA JULIANA TREMBA
9929-VP	FERNANDA S. DA FONTOURA

Prima Reativada

0222-ZP	CARLOS CESAR MASSAMBANI
3457-VP	LUCIANA MAIA DOS S. LIMA

Prima Óbito

2498-VP	NEY JOSE SCHIAVINI
---------	--------------------

Secundária

1352-VS	NELSON TUTIDA
9693-VS	FLAVIA VIEIRA F. RIBEIRO
9694-VS	MARCIA HIGUTCHI
9743-VS	EDUMAR RICARDO DA SILVA

Secundária Cancelada

5227-VS	RODRIGO ZAGHINI
7545-VS	ALESSANDRO P. MINHO
8503-VS	JOSE EUSTAQUIO CAVALCANTE
8824-VS	FRANCIELE VOLANTE

Transferência Concedida

3792-VP	WILSON RUBERT
3968-VP	LUIZ EDUARDO C. BUQUERA
4742-VP	MICHELLE DE MATOS F. GANDRA
4826-VP	ADSÓS ADAMI DOS PASSOS
4850-VP	MARSHAL COSTA LEME
5897-VP	BARBARA MARIA DACIUK
6484-VP	ELTON JACOB MAITELLI PEREIRA
6890-VP	DIOGO SILVA CARNEIRO
7060-VP	ANA LAURA M. DE TOLEDO
8072-VP	TIAGO SEDENHO
8337-VP	JOYCE CAROLINA BIANCONI
8643-VP	RAQUEL DE SOUZA LEMOS
9008-VP	HELEN BEATRICE M. L. SOARES
9069-VP	MARCELA RIBEIRO GASPARINI

Transferência Recebida

1149-ZP	RICARDO ARAUJO CASTILHO
9690-VP	MARCO AURELIO T. SANTANA
9705-VP	DIEGO JOSÉ RAMOS
9706-VP	CAROLINA SANCHEZ PINHEIRO
9714-VP	DANILAS SALINET DE MELO
9742-VP	GIOVANA P. GUAISTI DE OLIVEIRA
9746-VP	LUCIANA SIMÕES R. MARINHO
9747-VP	MATHEUS MACEDO MARINHO
9764-VP	RAFAEL RANALI
9765-VP	CRISTIANE K. DOS SANTOS
9788-VP	ANA C. DA VEIGA R. DE ALMEIDA
9789-VP	BRUNO AKIRA OZAWA
9790-VP	MEIRE CHRISTINA SEKI
9806-VP	CARLOS HENRIQUE PEIXOTO
9807-VP	FELIPE CONTE JUNIOR
9809-VP	JEFFERSON T. PAGNO
9810-VP	KIALANE C. DE ALMEIDA PAGNO
9811-VP	RENATA DINIEWICZ
9825-VP	HELDER ONUKI SATO

Transferência Concedida por Transferência

5315-VP	IVIA CARMEM TALIERI
5732-VP	LUIS FELIPE SPERRY BRATTI
7438-VP	TIAGO ANTONIO Z. SALVADOR
8390-VP	HUGO VIRGILIO

Transferência Recebida por Transferência

3673-VP	FLAVIO YUITI HASHIMOTO
5879-VP	MARLON GLEISON MOLIM
6337-VP	ERIKA ZANONI CURY
6748-VP	FERNANDO LATRONICO
7328-VP	ADEMAR L. CAVAZZANI JUNIOR
8509-VP	MARIANA PEREZ NASCIMENTO

Transferência Reativada

8375-VP	JOAO A. DE MATOS OLIVEIRA
---------	---------------------------

Serviço

Transferência Cancelamento

4113-VP	HORACIO T. DOS SANTOS
9043-VP	LUCIA COZER

Endereço Errado

1963 VP	ABILIO EDSON SOUZA
2058 VP	ADAURY RONALDO MOREIRA
4049 VS	ADRIANA FERRAZ
8208 VP	ADRIANO DE ABREU CORTEZE
3800 VP	ADRIANO E. SILVA E OLIVEIRA
3048 VP	ALBERTO LUSTOSA R. JUNIOR
1344 VP	ALBERTO MASSANORI TATESSUJI
0239 VP	ALBERTO MAZZOTTI
5874 VP	ALESSANDRA FIDELCINO
2716 VP	ALESSANDRO G. M. DE SOUZA
5650 VP	ALEX KANETA
2748 VS	ALEXANDRE A. DE O. GOBESSO
4225 VP	ALEXANDRE C. VALENCA
2884 VP	ALICE SATIKO NISHIDA
7746 VP	ALLAN ROGERIO DE ALVARENGA
2576 VP	AMARO MENDES DE ARAUJO
7291 VP	ANA CLAUDIA VOGES
1617 VP	ANA ELIZA P. VERNALHA
0465 ZP	ANA PAULA A. M. CAPELASSO
7352 VP	ANA PAULA FERNANDES
8665 VP	ANDRE LUIS G. FRANCO
7415 VP	ANDRE VIEIRA TEDIM
4220 VP	ANDREIA CRISTINA DE OLIVEIRA
5741 VP	ANGELA MOLINA
6134 VS	ANGELO FAVARO JUNIOR
3798 VP	ANTONIO C. JUNIOR CRUZ
0255 ZP	ANTONIO CARLOS TONIOL
1063 VP	ANTONIO E. GOMES SOARES
1438 VP	ANTONIO JORGE DE ANDRADE
0539 ZP	ARTHUR THOMASI NETTO
6290 VP	ATAHUALPA OTTONELLI MAICA
0051 ZP	ATILIO PIZZATTO
0048 ZP	AUGUSTO F. TEIXEIRA NUNES
1803 VP	BEATRIZ FLORIANO
2530 VP	BIANCA SUSANNA PETERS
8420 VP	CAMILA CARDOSO ROLO
1043 ZP	CARLOS A. LOPES DE OLIVEIRA
9089 VP	CARLOS EDUARDO CECY
3087 VP	CARLOS PINHEIRO SERGIO
0156 ZP	CARLOS ROBERTO GUEDES
4255 VP	CASSIANO MARCOS BEVILAQUA
6997 VP	CELSE ANTONIO COZZATI
5316 VP	CELSE SADA ODA
0956 VP	CEZAR PIMENTA GUIMARAES
4322 VP	CHARLES AUGUSTO D. DA SILVA
2004 VP	CLAITON TADEU LOSS STUMPF
8324 VP	CLAUDIA RIBEIRO
3394 VP	CLAUDIA ROCHA DE OLIVEIRA
0732 VP	CLAUDIO MARCO R. DA SILVA
2727 VP	CLAYTON HILLIG
2376 VP	CLOVIS BERNINI JUNIOR
6912 VP	CRISTIANO K. KRAEMER
0189 ZP	DALCIDES MICHELATO FILHO
5430 VP	DANIELLE B. DE MENEZES
8881 VP	DENISE CARMELITA STANGE
8261 VP	DIEGO ANTONIO LEAO

2000 VP	EDGARD LUIS SELLA
6649 VP	EDSON DAL CASTEL
8183 VP	EDUARDO C. PEREZ
3600 VP	EDUARDO HENRIQUE SOARES
2579 VP	ELCIO DE CAMPOS SANVIDO
2168 VP	ELISABETE DOMINGUES VELLINI
5304 VP	ELIZANDRO LAWRYNIUK
2422 VP	ERNESTO VENEGAS ULATE
3155 VP	EVANDRA MARIA VOLTARELLI
6828 VP	EVANDRO SANDRIN
6596 VP	FABIANA BACAL GREGOLINI
4464 VP	FABIANE CASSOU
0459 ZP	FABIANO DE HOLANDA GUERRA
6242 VS	FABIO AUGUSTO C. FILHO
6357 VP	FABIO VEIGA CAMPOS
0623 ZP	FABRICIO DA SILVEIRA FALEIROS
5982 VP	FERNANDO L. EVANGELISTA
7790 VP	GABRIEL COELHO GIMENES
8591 VP	GABRIEL DE F. CAMPOS
3959 VS	GEORGEA BIGNARDI JARRETTA
4766 VP	GILNARA MAICA MELLO
4365 VP	GIOVANA A. M. CORDEIRO
7975 VP	GIOVANI NORO
7834 VP	GIOVANNA A. GIOVANNETTI
0655 VP	HAROLDO ANTONIO B. CABRAL
6531 VP	HENRIETTE G. BRAZ MOREIRA
0351 ZP	HOSANA B. LEMES MURASSAKI
0976 VP	HUGO JOSE BROWN ARELLANO
3700 VP	ISABEL CRISTINA ZABOT
0280 VP	ITALO NISSEN PASQUALIN
1194 VP	IVAN DECONTO
6873 VP	JACKELINE CAMPOS ROJAS
6508 VP	JACQUES L. ZBOROWSKI
3272 VP	JOAO CARLOS B. DOS ANJOS
0314 ZP	JOAO LUIZ DE CASTRO
3100 VP	JOAQUIM D. A. DA SILVA JUNIOR
0107 ZP	JOEL KEHITI MURAKAMI
2084 VP	JORGE LUIZ P. DE OLIVEIRA
0661 VP	JOSE ANTONIO R. VICENTE
3270 VP	JOSE AUGUSTO SANTOS
2940 VP	JOSE FERNANDES SANCHES
7279 VP	JOSE ROBERTO B. JUNIOR
0068 ZP	JOSE WILSON REIS DA COSTA
3520 VP	JULIANA MARIA M. CAMARGO
6216 VP	JULIANO AMADEU PALMA
4650 VP	JULIANO FRANCIS TREVIZOLI
7312 VP	JULIO CESAR BALDISSERA
6543 VP	KAROLINA N. CHIURATTO
5579 VP	KENYA DAYANE C. VEIGA
6842 VP	KLEBER IMTHON FARAGO
9017 VP	KLEVERSON DA S. V. DE OLIVEIRA
0239 ZP	LAIRES MENINO DE OLIVEIRA
0041 ZP	LEO AUGUSTO SGARABOTTO
3530 VP	LEONARDO CODA
6772 VP	LESSANA DE M. GONCALVES
7326 VP	LIEGE GEORGIA A. MARTINS
6476 VP	LISIANE PIRES DE SOUZA
6913 VP	LUCIANA KREBS MALLMANN
9562 VS	LUCIANO CASTILHO
0395 ZP	LUCIANO SOUZA LIMA
2586 VP	LUIZ ANTONIO KANASHIRO

0024 ZP	LUIZ CARLOS M. EHLERS
0512 VP	LUIZ CARLOS ROSA
5252 VS	LUIZ CLAUDIO MEDINA COELI
5597 VP	MAICOM TUMIATE
7786 VP	MANUELA MADALONI
3278 VP	MARCELO BAENA GONSALVES
4416 VP	MARCELO D. DE CARVALHO
3107 VP	MARCELO PALMA
6347 VP	MARCELO RIBEIRO D. LIMA
0332 ZP	MARCELO SANSON E SOUZA
2164 VP	MARCELO S. DE OLIVEIRA
3732 VP	MARCIA B. A. DE MEDEIROS TORRES
5240 VP	MARCIA LUZILENE SKERKOSKI
6420 VP	MARCIO DE NADAI BONIN
3275 VP	MARCIO JOSE BUSS
1283 VP	MARCIO JOSE GOMES CORREA
2523 VP	MARCIO PODOLAN
7410 VP	MARCOS PAULO C. GONCALVES
6248 VP	MARIA LUCIA K. DE FREITAS
3564 VS	MARIA NAZARE T. S. LISBOA
7160 VS	MARICLEA BELIDO SEGOVIA
2799 VP	MARIZA ZANLUCKI SELLA
4912 VP	MARIZELE ISABEL C. REGO
4076 VP	MAURICIO HERMANN M. BACH
1118 VP	MAURICIO MASSAKI KONISHI
1708 VP	MAURICIO RAMON P. LOPEZ
1414 VP	MAURO HASHIMOTO
7477 VP	MAURO M. DE OLIVEIRA
0285 ZP	MENDELSON H. B. MUNIZ
0341 ZP	MOIZES PIRES DE O. JUNIOR
6664 VP	MONICA LOZADA REIS
6368 VP	MONICA M. CAPELETI
4654 VP	MONICA THAIS DE CRISTO
0182 ZP	MOZART DE F. BARBOSA
2209 VP	NEUSA ENDOH OUGO TAVARES
5965 VP	NILSON ROCHA FILHO
0092 ZP	NIVALDO T. BOTELHO
1927 VP	OLGA DE ARANTES GENTIL
0484 VP	OLIVIO EIRICH
2215 VP	OTAVIO FARIA DE PAULA
6361 VP	PAULA MIYUKI KAWASAKI
2636 VP	PAULO AFONSO DA ROCHA
8904 VP	PAULO AUGUSTO C. DE ASSIS
5873 VP	RAFAEL SALMAZO
7356 VP	RAMON DE MELLO
7881 VP	RAPHAEL E. R. COUTINHO
5392 VP	RAQUEL DE ARRUDA LEME
7472 VP	RAULINO G. DE CORDOVA NETO
7301 VP	RHUBIAN COUTO
4527 VP	RICARDO BOESE
2656 VP	RICARDO RYUZO ODA
5955 VP	RODRIGO A. EVERS NASCIMENTO
4687 VP	RODRIGO CAMPANA PEREIRA
4744 VP	RODRIGO DE OLIVEIRA BARONI
6684 VS	RODRIGO FLORES KUPSKIE
3144 VP	RODRIGO MENDONCA MAUAD
0039 VP	ROMAO MIRANDA VIDAL
3181 VP	RONALDO JOAO SCARIOT
8326 VS	ROQUE OLIVEIRA VILLARREAL
5854 VP	ROSANA SISKORIS
6637 VP	ROSANGELA RAMOS MENDES

3253 VP	SANDRO CEZAR BERTONI
0513 ZP	SANDRO DALLARMI
7765 VP	SAULO SANTOS MORA CASELLA
7690 VP	SILMAR JOSE RAMOS
4461 VP	SIMONE KERGES BUENO
6174 VP	TALISSA MARI DE CARVALHO
8301 VP	TALLES AUGUSTO C. XAVIER
7298 VP	TATIANA NEUZA S. DOS SANTOS
6254 VP	THAIS ATHAYDE
6332 VP	THAIS CRISTINA VIEIRA VIANNA
8315 VP	TIAGO JUSTINO ARANTES
0364 ZP	VALDEMAR DE MIRANDA
6384 VP	VANESSA GONCALVES FRANCO
0103 ZP	VLAUMIR BUGHI
0566 ZP	WAGNER LUIZ DE OLIVEIRA
5150 VS	WALTER SURKAMP
1474 VP	WALTER ULRICH MEDAGLIA
6751 VP	YURI FILGUEIRAS ARAUJO

Profissionais que precisam atualizar o endereço

7872 VP	ADRIANA LOYDI LIMA
7846 VP	ALINE CIPRIANO BRAOS
9662 VS	ANA CLAUDIA LIMA MARTOS
7042 VP	BRUNO BOECHAT MACIEL
1994 VP	CAIO ABERCIO DA SILVA
5617 VP	DAYANE KARINA LORENZETTI
2734 VP	EDSON SANIO SIMOES
2830 VP	ELEN CRISTINE R. SOARES
6114 VP	FERNANDO ASSIS MENEZES REIS
8671 VP	GABRIELA BONETO R. MAUER
3940 VP	GABRIELA FLORES DE MELLO
4976 VP	GILBERTO VALENTE MACHADO
5222 VP	JOÃO BRANCHER JUNIOR
5738 VP	JOCIMARA LUZIA TAMBOSI
8055 VP	JULIANO DE SOUZA
2768 VP	LINCOLN LUIZ PEDRINI SOARES
4056 VP	LUCIANO ALMEIDA MATIAS
4734 VP	LUCIANO FLORIANI STANIESKI
0765 ZP	MARCELO A. ZSCHORNACK
5666 VS	MARCIO DE OLIVEIRA MARQUES
5689 VP	MARCOS PEREIRA SOARES
8593 VP	MEIQUEL F. GOERLACH
7551 VP	MICHELE FERREIRA DA SILVA
6466 VP	MILTON RODRIGO ANAMI
1162 VP	NEWTON GOY KIMURA
9514 VP	RODOLFO RODRIGO DA SILVA
8087 VP	ROSANA MORAIS SANTOS
8335 VS	SIDONIA PAULO
8395 VP	THOMAS ANDERSON OSORIO
9132 VP	VANESSA ANDREA PINCELLI
4005 VS	WINSTON LUIZ ROSSATO

Seminários de RT CRMV/PR 2011

Garanta já a sua vaga!

27/05/2011 - Curitiba
10/06/2011 - Umuarama
01/07/2011 - Guarapuava
02/09/2011 - Dois Vizinhos
30/09/2011 - União da Vitória
28/10/2011 - Bandeirantes
11/11/2011 - Ponta Grossa
25/11/2011 - Maringá
09/12/2011 - Curitiba



Informações: www.crmv-pr.org.br